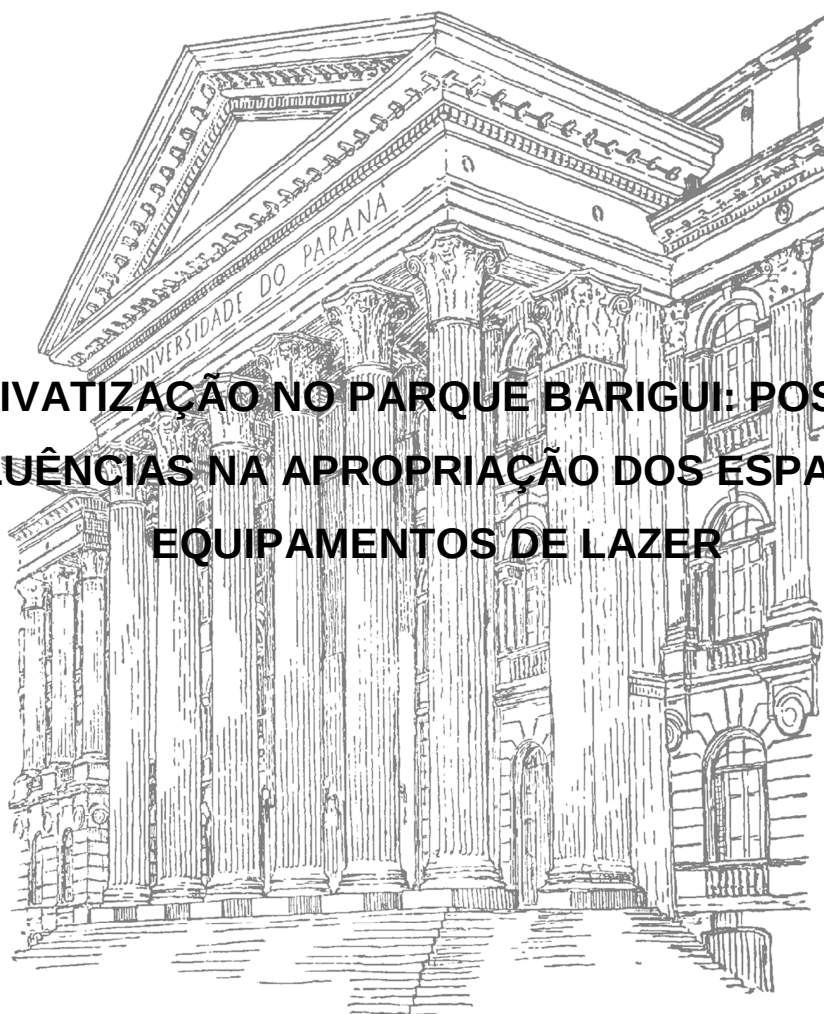


TALITA STRESSER DE ASSIS

**A PRIVATIZAÇÃO NO PARQUE BARIGUI: POSSÍVEIS
INFLUÊNCIAS NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E
EQUIPAMENTOS DE LAZER**



TALITA STRESSER DE ASSIS

**A PRIVATIZAÇÃO NO PARQUE BARIGUI: POSSÍVEIS
INFLUÊNCIAS NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E
EQUIPAMENTOS DE LAZER**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

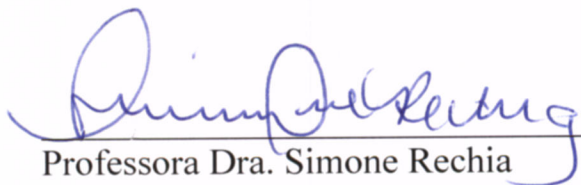
Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Rechia

TERMO DE APROVAÇÃO

TALITA STRESSER DE ASSIS

“A privatização no Parque Barigui: possíveis influências na apropriação dos espaços e equipamentos de lazer”

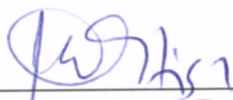
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Sociologia do Esporte e Lazer, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



Professora Dra. Simone Rechia
Presidente/Orientadora



Professor Dr. Alessandro Filla Rosaneli
Membro Externo



Professor Dr. Marco Paulo Stigger
Membro Externo

Curitiba, 25 de Abril de 2014.

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui foi um misto de tristezas e alegrias, fracassos e vitórias, e acredito que só cheguei aqui graças a alguns anjos que me deram aquele “empurrãozinho”...

Agradeço a Deus por atender minhas preces, aguentar minhas lamúrias e continuar me dando oportunidades maravilhosas todos os dias!

Agradeço a meus pais, Sérgio e Telma, meus anjos protetores, que tantas vezes me incentivaram e participaram de todo o processo (inclusive na coleta de dados!). Sem vocês nada disso seria possível!

Ao meu irmão Carlos que cedeu seu quarto gentilmente para que eu conseguisse escrever a dissertação.

Agradeço minha orientadora, Simone Rechia, por ter me ensinado tantas coisas, mas principalmente por ter acreditado em mim. Sempre terei você como exemplo de vida!

Agradeço aos membros da banca, professor Marco Paulo Stigger e professor Alessandro Filla Rosaneli, pela paciência e pelas críticas que tornaram esse trabalho melhor. Obrigada!

Agradeço a meus amigos do GEPEC: Aline, Emília, Luize, Karine, Fernando, Thithi, Gabi, Dani, Zenilda,... Obrigada por poder compartilhar meus receios com vocês e sempre receber ajuda.

Agradeço ao Cleber, amigo e namorado, que me ajudou a ver as coisas por outros pontos de vista e que realizou a revisão da minha dissertação.

Agradeço à minha avó Olavina e meus padrinhos Arcênio e Eliane pelas orações, abraços cheios de energia e pelos olhares de admiração. Sou muito grata por tudo!

Agradeço as minhas amigas do tempo do colégio - Cecília, Hellen e Leticia – por escutarem minhas reclamações e me darem colo.

Agradeço minha psicóloga, Sulliane, por decifrar meus sentimentos e pensamentos e me fazer acreditar que mudanças são possíveis.

Agradeço o secretário do PPGEDF, Rodrigo Waki, por me ajudar sempre com os documentos e burocracias do mestrado.

E por último, mas não menos importante: obrigada Governo Federal e povo brasileiro por financiarem meus estudos... Não medirei esforços para retribuir essa oportunidade.

*“O que fazemos durante
as horas de trabalho
determina o que temos.
O que fazemos nas horas de
lazer determina
o que somos”.*

(George Eastman)

RESUMO

Esta pesquisa aborda as relações existentes no processo de privatização dos espaços públicos, especificamente o caso da concessão do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui em Curitiba-PR. O objetivo foi identificar quais as possíveis consequências dessa concessão para a apropriação do parque. Para tanto, o estudo teve os seguintes objetivos específicos: (a) identificar as práticas corporais desenvolvidas antes e depois da implantação da concessão; (b) descrever as condições de infraestrutura e manutenção nos espaços e equipamentos do Parque Barigui após a implantação da concessão; (c) analisar o que gestores e usuários pensam em relação às mudanças ocorridas no Parque Barigui; e (d) apontar as possíveis consequências e impactos da implantação da concessão no Parque Barigui. Esta investigação foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa, fundamentalmente empírica. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: entrevistas, roteiro de observação e registros fotográficos. Os resultados da pesquisa indicaram que, em relação às condições de manutenção dos equipamentos do parque, problemas antigos não foram solucionados, e que novos problemas foram identificados em decorrência das modificações ocorridas “pós-concessão”. Observou-se que a construção de novas estruturas no parque não potencializaram as formas de apropriação e que, em alguns momentos, até criaram problemas de uso para práticas de atividades rotineiras. As novas práticas corporais presentes no parque também não são decorrentes das mudanças oferecidas pela concessão. Conclui-se que as possíveis consequências da concessão para apropriação do Parque Barigui estão relacionadas à falta de qualificação dos equipamentos do parque por essa concessão; a criação de problemas de mobilidade para os usuários; e a dificuldade de acesso de muitos usuários às feiras promovidas pelo Pavilhão de Eventos do parque por conta dos altos preços de seus ingressos. Ressalta-se que contratos dessa natureza podem se tornar arriscados para a população, principalmente para os sujeitos com menor poder aquisitivo, no que tange à redução cada vez mais acentuada de acesso aos espaços públicos e bens culturais.

Palavras-chave: privatização do espaço público; espaços e equipamentos de lazer; formas de apropriação.

ABSTRACT

This research approaches the relationships existed in the process of privatization of the public spaces, specifically the case of the concession of the events pavilion of Parque Barigui in Curitiba-PR. The objective was to identify the possible consequences of this concession to the appropriation of the park. Therefore, the study has the following specific objectives: (a) identify the bodily practices developed before and after the concession implementation; (b) describe the infrastructure and maintenance conditions of the spaces and equipment of Parque Barigui after the implementation of the concession; (c) analyze what the managers and users think about the changes occurred in the Parque Barigui; and (d) point out the possible consequences and impacts of the implementation of the concession in the Parque Barigui. This investigation was developed with a qualitative and fundamentally empiric approach. The methodical instruments were: interviews, observation scripts and photographic registries. The results showed that, in relation to the maintenance of the park's equipment, the old problems were not solved, and new problems were identified because of the modifications occurred after the concession contract. It was observed that the building of new structures in the park didn't potentiates the appropriation forms and that, in some moments, they have even created some problems of use for the practice of daily activities. The new bodily practices observed in the park were not results of the changes offered by the concession either. The conclusion is that the possible consequences of the concession of the Parque Barigui appropriation were related to the lack of qualification of the park's equipment because of that concession; the creation of mobility problems for the users; and the access difficulty of many users to the fairs and events promoted by the events pavilion of the park because of its high ticket prices. Stands out that contracts of that nature could be risky to the population, mainly to the subjects with low purchasing power, regarding to the progressive reduction of the access to the public spaces and cultural goods.

Keywords: public space privatization; spaces and equipment for leisure; appropriation types.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PARQUE BARIGUI EM 1972.....	39
FIGURA 2 - EXPO RENAULT BARIGUI	41
FIGURA 3 - LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS VISITANTES DO PARQUE BARIGUI NO DOMINGO	44
FIGURA 4 - ILUSTRAÇÃO DO PARQUE BARIGUI POR CÉSAR LOBO.....	45
FIGURA 5 - GRUPO DE ALUNOS DE UMA ASSESSORIA ESPORTIVA NO PARQUE BARIGUI	47
FIGURA 6 - PISTA DE PATINAÇÃO COM USO ALTERNATIVO.....	51
FIGURA 7 - CANCHA DE PETECA UTILIZADA PARA OUTRA PRÁTICA	51
FIGURA 8 - PRATICANTES DE SLACKLINE.....	53
FIGURA 9 - PARTICIPANTES DO PROJETO YOGA NO PARQUE	54
FIGURA 10 - CÂMERA DE SEGURANÇA NO PARQUE BARIGUI.....	56
FIGURA 11 - PLACA DE PROIBIÇÃO DE SOM ALTO.....	57
FIGURA 12 - ENTRADA DO BANHEIRO PRIVADO	59
FIGURA 13 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BANHEIRO PÚBLICO.....	60
FIGURA 14 - MODELO DE LIXEIRA I	61
FIGURA 15 - MODELO DE LIXEIRA II	61
FIGURA 16 - BEBEDOURO.....	63
FIGURA 17 - BEBEDOURO.....	63
FIGURA 18 - PIA BEBEDOURO	63
FIGURA 19 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO	64
FIGURA 20 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO DAS PISTAS.....	64
FIGURA 21 - PLACA DE ALERTA.....	65
FIGURA 22 - BANCO TRADICIONAL	66
FIGURA 23 - PISO TÁTIL PRÓXIMO AO PAVILHÃO DE EVENTOS	67
FIGURA 24 - ACADEMIA AO AR LIVRE NO PARQUE BARIGUI	69
FIGURA 25 - PAINEL DE ORIENTAÇÕES DA ACADEMIA AO AR LIVRE DO PARQUE BARIGUI	70
FIGURA 26 - PARQUE INFANTIL DO PARQUE BARIGUI.....	71
FIGURA 27 - PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE BARIGUI	74
FIGURA 28 - PISTAS DE CAMINHADA/CORRIDA E CICLOVIA ANTES DA CONCESSÃO	75
FIGURA 29 - PISTAS DE CAMINHADA, CORRIDA E CICLOVIA DEPOIS DA CONCESSÃO	75
FIGURA 30 - FACHADA DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE BARIGUI ANTES DA CONCESSÃO.....	75
FIGURA 31 - FACHADA DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE BARIGUI DEPOIS DA CONCESSÃO.....	76
FIGURA 32 - CONGESTIONAMENTO NA ROTATÓRIA DA AV. CANDIDO HARTMANN.....	77
FIGURA 33 - PASSARELA SUBMERSA	78
FIGURA 34 - PASSARELA SUBMERSA	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	15
3 O ESPAÇO PÚBLICO E A PRIVATIZAÇÃO.....	19
3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	23
4 A CIDADE DE CURITIBA E OS PARQUES URBANOS.....	26
4.1 PARQUES URBANOS	30
5 O FENÔMENO DO LAZER.....	33
6 O PARQUE BARIGUI	38
6.1 CONCESSÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS	40
6.2 PERFIL DOS USUÁRIOS	43
6.3 FORMAS DE APROPRIAÇÃO.....	45
6.3.1 Assessorias esportivas.....	46
6.3.2 Práticas diferentes das quais o espaço foi concebido	50
6.3.3 Novas práticas corporais autônomas	52
6.3.4 Práticas ilícitas	54
6.4 OS EQUIPAMENTOS DO PARQUE BARIGUI	58
6.4.1 Equipamentos que dão suporte para a permanência no parque.....	59
6.4.2 Equipamentos para práticas corporais no Parque Barigui.....	68
6.5 A “MAQUIAGEM” DO PARQUE BARIGUI A PARTIR DA PRIVATIZAÇÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE.....	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES	90
APÊNDICE A	91
APÊNDICE B	92
APÊNDICE C	93
APÊNDICE D	94
APÊNDICE E	96

1 INTRODUÇÃO

Discussões sobre as parcerias entre poder público e iniciativa privada têm sido recorrentes em várias áreas do universo acadêmico como Direito Administrativo, Ciências Políticas e Administração Pública. Para melhor entender esse tema, um dos pontos de partida é o estudo da cidade, compreendendo o sentido dos seus espaços públicos, sua transformação e como ocorre o fenômeno de privatização dos seus espaços.

De acordo com Borja (2003, p. 26) “a cidade é a realização humana mais complexa, é a produção cultural mais importante que recebemos da história”. Hoje, a cidade constitui-se em um espaço denso, com diversas funções, por meio das quais se estabelecem múltiplas práticas sociais (RECHIA, 2003). Um espaço propício para a ocorrência dessas práticas sociais é o espaço público, pois tem relação com a vida pública e pode permitir a presença da diversidade de indivíduos, resultante da sua formação e transformação.

A formação e transformação dos espaços públicos obedecem a determinantes variadas e específicas. Alguns espaços públicos europeus, formados na passagem da Idade Média para o Renascimento, abrigavam as inúmeras manifestações da vida civil, que crescia com o fortalecimento de um poder independente da Igreja, o ressurgimento do comércio e as preocupações com a beleza e a estética das cidades (LEITE, 2011). Suas principais funções eram o encontro e o comércio, mas podiam, também, abrigar rituais variados, casamentos, funerais, execuções, comemorações, teatro, torneios e corridas (BAKHTIN, 1987, p.132).

Pode-se observar que essas características ainda estão preservadas no espaço público atual, embora algumas funções tenham se deslocado no grau de prioridade dos cidadãos. A função do encontro, aparentemente, está em segundo plano e o espaço público tornou-se o local para “mostrar-se” à sociedade, vitrine do que se deve comer, beber, vestir, fazer e ser. Essa mudança deve-se principalmente às transformações ocorridas no mundo, revelando que o espaço público é reflexo da sociedade. Hoje, as pressões do tempo e do lucro tomaram conta da sociedade; o tempo para o encontro foi suprimido pelo tempo para o trabalho e com esse tempo estendido cada indivíduo pode produzir mais. Esse e outros fatores como segurança,

mobilidade urbana e educação podem ser responsáveis pelo esvaziamento dos espaços públicos e pelas suas decorrentes transformações físicas e sociais.

Acredita-se que uma das consequências da falta de qualidade na educação brasileira é justamente o processo educacional que pode não gerar um bom entendimento dos espaços públicos da cidade, nem da importância do fenômeno lazer para os sujeitos, visto que esse fenômeno acaba sendo o “lugar” prioritário para a apropriação dos espaços públicos. Percebe-se que muitas vezes o campo escolar prepara o indivíduo para o mundo do trabalho em detrimento do tempo e espaço de lazer.

Sendo assim, o sujeito pode não reconhecer os espaços públicos como possibilidade de apropriação, muito menos como “seu”, acarretando seu esvaziamento e gerando consequências como falta de cuidado, de apropriação e de gestão do bem público pelos cidadãos. O senso comum disseminado por grandes lacunas no processo educacional mostra o espaço público como não sendo de ninguém, apenas do poder público, que deve sempre melhorá-lo e mantê-lo em perfeitas condições.

Para o Estado, essa demanda acaba se tornando financeiramente “pesada” e uma solução para esse problema é traçar acordos com a iniciativa privada. Dessa forma, as privatizações, concessões e parcerias firmadas entre iniciativas públicas e privadas são exemplos de transformação do espaço público e podem acarretar mudanças em sua estrutura, apropriação, sentido e significado para cidadãos e turistas. Em relação às parcerias entre o poder público e o privado, Borja (2003) afirma que a fragilidade da intervenção do Estado possibilita a privatização de diversos serviços públicos, que muitas vezes podem favorecer mais os interesses privados do que os públicos.

Ou seja, o poder público não investe na melhoria do espaço, que se torna cada vez mais problemático em relação à sua infraestrutura. Isso gera um argumento para o poder público fazer as privatizações: o de que não existe recurso para isso, por conta de outras demandas mais importantes como saúde e educação. Assim o lazer pode ser negociado com a iniciativa privada.

Diante desse contexto, torna-se necessário estudar as relações imbricadas no processo de privatização dos espaços públicos e entender as atuais e futuras consequências desses acordos para os espaços públicos e para os cidadãos.

O Parque Barigui, um dos primeiros espaços públicos de lazer de Curitiba a ter sua gestão alterada pela parceria entre poder público e a iniciativa privada, foi o local escolhido para esta pesquisa. Em 28 de dezembro de 2010, a Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) abriu licitação pública para concessão de direito de uso e exploração comercial do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui. Essa licitação foi na modalidade Concorrência (005/2010) e a concessão foi autorizada por 25 anos. O edital previa a apresentação de um pré-projeto a ser avaliado por uma comissão técnica da Prefeitura de Curitiba, o pagamento mínimo de R\$ 500 mil e o repasse mínimo de 5% do faturamento bruto mensal à Urbs. (CURITIBA, 2010).

Em 27 de maio de 2011 foi firmado o contrato entre a Urbs e o concessionário (constituído por duas empresas: POSITIVO¹ e J. MALUCELLI²). Dentre as condições impostas aos parceiros privados, estavam investimentos em obras como a reforma do pavilhão, a revitalização de ciclovia e pistas de corrida e caminhada, paisagismos, acessibilidade e a construção de uma trincheira na Avenida Cândido Hartmann, próxima à Casa da Guarda, em uma das entradas do parque (CURITIBA, 2010).

Acredita-se que as aproximações entre investidores privados e administração pública na gestão do espaço público devem ser desenvolvidas com cautela. Por um lado, os investidores privados podem se sentir receosos pelo risco de não obterem os lucros almejados devido às descontinuidades da administração pública. Por outro lado, o poder público preocupa-se com o risco de o investidor privado não honrar seus compromissos, por se tratarem de recursos financeiros muito altos e normalmente de longa duração.

Por isso é relevante estudar essas parcerias e suas implicações, que atingem diversas áreas. No caso específico do Parque Barigui, em relação à área da Educação Física, é importante entender como essas mudanças no âmbito das práticas corporais, relacionadas tanto à gestão quanto à infraestrutura, podem influenciar nas formas de apropriação dos usuários. Assim, essa pesquisa busca

¹ A marca Positivo está presente em mais de 40 países com produtos e serviços desenvolvidos por suas empresas. Consolidou sua liderança em todas as áreas em que atua: Ensino, Soluções Educacionais, Tecnologia, Gráfica, Cultura e Entretenimento.

² O Grupo JMalucelli foi fundado em 1966 e seus negócios estão compreendidos em vários segmentos de atuação: construção, comércio, energia, concessões, financeiro, seguros, comunicação e outros negócios.

responder à seguinte questão: quais as possíveis consequências da concessão do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui na apropriação do parque?

Para tanto, o estudo tem os seguintes objetivos específicos: (a) identificar as práticas corporais desenvolvidas antes e depois da implantação da concessão; (b) descrever as condições de infraestrutura e manutenção nos espaços e equipamentos do Parque Barigui após a implantação da concessão; (c) analisar o que gestores e usuários pensam em relação às mudanças ocorridas no Parque Barigui; e (d) apontar as possíveis consequências da implantação da concessão no Parque Barigui.

Os motivos que levaram à escolha desse tema são vários. A autora é professora de Educação Física e desde 2008 faz parte do GEPLC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade, da Universidade Federal do Paraná). Em 2010 apresentou sua monografia sobre as mudanças de um programa de lazer na cidade de Curitiba, o que contribuiu no seu estudo nas temáticas correlatas. Esses fatos despertaram sua sensibilidade para as práticas corporais em espaços públicos no tempo e espaço de lazer; e a escolha pelo Parque Barigui se deu por suas mudanças na infraestrutura e a necessidade de entender como se deu esse processo.

Esse assunto é relevante principalmente pelo pouco tempo de existência da lei das parcerias público-privadas no Brasil e a tendência de vários órgãos públicos em utilizarem a estratégia de privatizações em sua gestão (KURACHI, 2007). Nesse sentido, a partir de estudos como este será possível entender as relações estabelecidas entre instituições públicas, privadas e sociedade civil, além de conhecer as possíveis consequências desse tipo de privatização para a população.

Já existem muitos estudos na área da Educação Física que abordam o tema de espaços e equipamentos de lazer, sendo que um grupo de pesquisa conhecido pelos temas relacionados ao lazer e cidade no âmbito dos espaços e equipamentos e com crescente produção na área é o GEPLC. No entanto, por ser um nicho de pesquisa recente, percebe-se a existência de poucos estudos desse tema relacionados à questão da privatização na área da Educação Física (COSTA, 2010), o que reforça a necessidade dos pesquisadores avaliarem e darem subsídios para novas políticas públicas do país, assim como perceber as consequências de parcerias como essa para a área.

Estudos como este podem se desdobrar em políticas públicas efetivas para a criação e revitalização dos espaços públicos de lazer, principalmente os parques urbanos que se constituem em amplos espaços com muitas possibilidades de uso. Com isso, a população poderá ter maior acesso ao tempo/espaço de lazer e ter seu direito constitucional³ garantido.

³ Na Constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6., como um dos direitos sociais; o termo aparece em outras ocasiões, mas é tratado, quando à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção II, Do Desporto, no Artigo 217, no 3. e último parágrafo do item IV – “ O Poder Público incentivará o lazer - como forma de promoção social” (BRASIL, 1988).

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pois buscou trabalhar com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21). Trata-se de uma pesquisa do tipo descritivo, que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

O local escolhido foi o Parque Barigui, um ambiente de acesso livre e um dos parques mais conhecidos da cidade e de grande circulação. O Parque Barigui foi criado em 1972 e, assim como os demais parques da cidade, faz parte de uma política municipal de preservação de fundos de vale. O objetivo é evitar o assoreamento e a poluição dos rios através do monitoramento, proteger a mata ciliar e impedir a ocupação irregular das suas margens, tornando essas áreas abertas à população na forma de parques (CURITIBA, 2013).

O parque possui uma área de 140 hectares (1,4 km²), sendo o maior da região norte de Curitiba, e é composto de três bosques, que abrigam um remanescente dos capões de araucária. O cenário do parque também é constituído por pistas de corrida e caminha, ciclovia, canchas de areia, amplo espaço livre gramado, trilhas na mata, churrasqueiras, quiosques, bancos em alguns trajetos, local reservado para prática de exercícios físicos com equipamentos para alongamento, academia ao ar livre, Pavilhão de Exposições, Museu do Automóvel, academia de ginástica, bares, restaurantes com deck que adentram o lago, estacionamentos, banheiros, estacionamento específico para bicicletas, iluminação noturna e posto da Guarda Municipal da Prefeitura de Curitiba, entre outros espaços e equipamentos.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os usuários do parque e um gestor da Urbs, responsável pelo contrato de concessão do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui.

A ideia inicial da pesquisa era ter a perspectiva dos usuários, assim como dos responsáveis pela concessão: a Prefeitura Municipal de Curitiba (representada

pela Urbs) e as empresas vinculadas J. Malucelli e Positivo. No entanto, dos responsáveis pela concessão, apenas a URBS decidiu participar da pesquisa⁴.

Em relação aos usuários, a coleta de dados iniciou-se com um representante da Associação Amigos do Barigui, e após essa entrevista e sua transcrição foi feito um novo roteiro, com as principais categorias abordadas, para ser realizado com os demais usuários do parque.

A partir das observações e registro em diário de campo, percebeu-se a presença frequente de alguns usuários, que foram convidados a participar da pesquisa. O objetivo era entrevistar usuários que visitassem o parque frequentemente e que tivessem conhecimento do entorno. Para tanto, os critérios de inclusão adotados para as entrevistas foram: usuários do Parque Barigui, de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos, sem restrição de escolaridade e área profissional, com frequência igual ou superior a 2 vezes por semana nesse espaço e que aceitassem participar da pesquisa.

A amostra foi baseada na amostragem acidental por saturação, pois de acordo com Fontanella, Ricas e Turato (2008), a amostragem por saturação é uma ferramenta usada frequentemente nas pesquisas qualitativas, sendo utilizada para estabelecer ou fechar o tamanho final da amostra. Os autores explicam por que as amostras qualitativas são menores, tendo em vista a desnecessária representatividade estatística, porém é ideal que o pesquisador explicita os critérios para interromper a seleção, tornando-se assim compreensíveis.

O ponto de saturação depende da uniformidade da população estudada, da profundidade explorada, da definição do objeto e do referencial teórico usado pelo pesquisador (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). Nesta pesquisa, o ponto de saturação foi obtido a partir do momento em que as respostas começaram a se tornar repetitivas, não encontrando mais nenhuma nova informação e mostrando que os dados coletados eram suficientes para atingir o objetivo do estudo.

Cabe ressaltar que não é intuito da pesquisa realizar um perfil populacional por meio de um levantamento estatístico. O número da amostra foi de 18 sujeitos, 10 homens e 8 mulheres, entre 20 e 65 anos, todos com nível de escolaridade superior ao Ensino Médio completo.

⁴ Apenas respondeu o roteiro de entrevista por escrito que foi enviado via e-mail, mesmo tendo sido convidado oficialmente e aceitado os termos do Comitê de Ética.

Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados três instrumentos de pesquisa: roteiros de entrevistas, roteiro de observação e registros fotográficos. Em relação às entrevistas, existem três roteiros diferenciados, um para o primeiro usuário entrevistado, um mais reduzido para os demais usuários⁵ do parque e um para os gestores. Os roteiros das entrevistas (Apêndice A e B) para usuário foram elaborados pelo pesquisador deste trabalho a partir de um roteiro já produzido em outro trabalho (SILVA, 2011). Para melhor veracidade das falas dos sujeitos pesquisados, as entrevistas foram registradas por um gravador. Todos aqueles que aceitaram ser entrevistados receberam um termo de consentimento (Apêndice E), que continha informações e esclarecimentos sobre a pesquisa e um local para assinatura onde o participante autorizava a entrevista e a publicação do conteúdo da mesma.

Já o uso de imagens permitiu um registro e uma descrição detalhada da realidade dos espaços observados, assim como da realidade vivenciada pelos sujeitos nesses locais, complementando as demais formas de coleta de dados.

Em outro momento, foi utilizado um roteiro de observação (Apêndice D), também desenvolvido pela pesquisadora e baseado no Protocolo de Observação de Espaços e Equipamentos de Lazer do GEPLEC⁶, que permite o envolvimento do pesquisador com o cenário do estudo, não se limitando apenas às falas dos sujeitos entrevistados. De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a observação permite o uso dos sentidos para estudar o ambiente, bem como comportamentos individuais e grupais, a linguagem não verbal, a sequência e a temporalidade dos eventos.

Foi delimitado um período para observação, no qual a pesquisadora se dirigiu ao local da pesquisa em três diferentes horários - no início da manhã, no final da tarde e no início da noite - durante dois dias de semana e um dia no fim de semana. Em outubro de 2013 iniciou-se a observação de elementos como: entorno do parque, condições dos espaços e equipamentos, trânsito, estacionamento, características dos usuários (quanto à faixa etária, roupas etc), assim como as ações que os sujeitos estavam realizando nos espaços e equipamentos do parque.

⁵ A partir da entrevista com o representante da associação Amigos do Parque Barigui, foi feito um novo roteiro de entrevista com as principais categorias abordadas, visto que essa primeira entrevista teve mais de uma hora de duração e percebeu-se que grande parte das pessoas faz atividade física no parque antes ou depois do horário de trabalho e por isso não tem tempo para dar uma entrevista por mais de 10 minutos.

⁶ Esse protocolo foi desenvolvido pelo GEPLEC no ano de 2004, desde então vem sendo utilizado em diferentes pesquisas.

As entrevistas semiestruturadas foram transcritas, categorizadas e analisadas. Para melhor organização dos dados, inspirou-se na técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), seguindo três fases: pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados. Assim, essa análise caracteriza-se como um conjunto, mostrando o conteúdo das mensagens enunciadas e inferindo possíveis informações pertinentes a elas. Em paralelo, as entrevistas foram associadas às informações adquiridas durante a observação e esse conjunto foi analisado a partir de uma análise comparativa, criando categorias a *posteriori*, procurando as semelhanças, as diferenças e os porquês de tais relações.

3 O ESPAÇO PÚBLICO E A PRIVATIZAÇÃO

Espaço e cidade são dois conceitos imprescindíveis para se discutir o fenômeno da privatização do espaço público, pois demarcam as múltiplas experiências individuais e coletivas na sociedade. Para Santos (2008, p. 61) “a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço com um conjunto de fixos e fluxos”. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, já os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando sua significação e o seu valor (SANTOS, 2008).

Dessa forma, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos⁷ e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p. 63).

Hoje, o espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 2008).

Santos⁸ (1988, *apud* LUCHIARI, 1996) afirma que

O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. [...] O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço.

É a partir da apropriação⁹ do espaço pelos sujeitos que este terá sentidos e significados. Essa apropriação do espaço, segundo Tuan (1983), faz com que o espaço se transforme em lugar, preenchido por experiências e vivências relacionadas à dependência e liberdade. O mesmo autor afirma existir uma dialética entre essas duas dimensões: “o espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado é lugar. O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade” (TUAN, 1983).

⁷ Objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como um utensílio, também constitui um símbolo, um signo (SANTOS, 2008, p. 66).

⁸ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁹ A apropriação pode ser entendida como: [...] atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador, isto é, o homem apropria-se das condições exteriores, transformando-as (CARLOS, 2001, p. 216).

Rechia e França (2006, p. 63) corroboram com essa perspectiva, afirmando que “espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Percebe-se que a história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito. No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor e a significação dos acontecimentos naturais (SANTOS, 2008, p. 146).

Para entender como as relações estabelecidas entre cidade, cidadãos e espaços públicos estão hoje é necessário desvendar algumas questões que cercam o conceito de cidade.

Para Rechia (2003), a cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas, casas, edifícios, parques, praças, avenidas, num misto entre espaço natural e criado, formada por objetos e imagens, movimentada pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões.

Em seu livro “Direito à cidade”, Lefebvre (2008, p. 62) afirma que cidade é “uma projeção da sociedade sobre um local” e sugere que se faça uma distinção entre os termos cidade e urbano, em que cidade é a “realidade presente, imediata, um dado prático-sensível e arquitetônico”, e por outro lado o urbano é a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2008, p. 54). É importante ressaltar que o autor utilizou esses conceitos para fins de distinção entre os termos, pois mostra a necessidade de tratar os termos como complementares e relacionados, já que o urbano não está separado de uma realidade física.

Como no caso dos termos “cidade” e “urbano” percebe-se que, durante toda a sua escrita, Lefebvre (2008) utiliza conceitos que se complementam ou se contrapõem, tais como: urbanização e industrialização; valor de uso e valor de troca; obra e produto; público e privado; segregação e integração; habitat e habitar.

Em relação aos conceitos de urbanização e industrialização, Lefebvre (2008) afirma que os problemas decorrentes da urbanização (inclusive relacionados ao

lazer e à cultura) tiveram início com o processo de industrialização. Dessa forma, é essencial não mais considerar separadamente a industrialização e a urbanização, mas sim perceber na urbanização o sentido, o objetivo e a finalidade da industrialização (LEFEBVRE, 2008, p. 124).

Essa relação tem uma série de consequências para a cidade, como a mudança de hábitos particulares e sociais dos cidadãos e as transformações dos espaços da cidade, que se desdobram nas questões de segregação e moradia, por exemplo. Nesse sentido, percebe-se que a partir desse duplo processo urbanização/industrialização há a priorização da cidade como produto - no sentido consumidor e produtivo economicamente, sem uma relação sensível - do que como obra - decorrente do sentido e significado atribuídos pelos indivíduos a partir da sua fruição e beleza (LEFEBVRE, 2008). Com isso, o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens dos lugares e dos signos) torna-se maior que o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano, contemplação da obra). Essa realidade é diferente do que ocorria na cidade arcaica e medieval, pois, segundo Lefebvre (2008), naquela época ainda predominava socialmente o "valor de uso" da cidade e das coisas. Este nascia da experiência da cidade, pelo desenvolvimento da vida urbana e de seus conflitos.

O núcleo urbano pode se tornar, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

Harvey (2012), ao refletir sobre as cidades, aponta que no campo da arquitetura contemporânea, o espaço urbano está sendo considerado como algo fragmentado, de formas passadas superpostas umas às outras com uma colagem de usos correntes e efêmeros. A "cidade-colagem" é agora o tema, e a "revitalização urbana" substitui a vilificada "renovação urbana" como a palavra-chave do léxico dos planejadores (HARVEY, 2012, p. 46).

A cidade é, sem dúvida, um repositório de sentidos e, em seus territórios, os sujeitos vivem cotidianamente estratégias de negociação de realidade, de opções de consumo, de escolhas e de interação. É também território tanto construído quanto simbólico, que condiciona múltiplas experiências pessoais e coletivas, sendo campo de forças que não cessa de inquietar e confortar. Assim, a cidade é uma inesgotável fonte de inquietação e de prazeres que pode revelar diversos traços de uma

comunidade por meio da produção social do ambiente urbano (RECHIA, 2003, p. 48).

Entendidas algumas relações acerca do conceito de cidade, é relevante tratar a sua relação com o termo “espaço público”. De acordo com Borja (2003, p. 29, tradução nossa), “a cidade em seu conjunto merece ser considerada um espaço público” sendo que o espaço público pode ser conceituado como “o local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas” (GOMES, 2002, p. 162). No entanto, para Fadul (1997, p. 59), “o espaço público, como espaço aberto a todos, é espaço teórico que, praticamente, já não existe”. Isso pode significar que, parte cada vez maior dos espaços públicos está sendo privatizada, e com isso o espaço público fica “na teoria”, já que na prática é controlado. O Estado, assim como os cidadãos, pode estar perdendo seus meios de controle, de livre acesso e de utilização de grandes parcelas de espaço público - justamente aquelas que correspondem aos espaços urbanos mais dinâmicos.

Segundo Rechia (2003), essa relação é imbricada de tal forma que, no espaço urbano, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço e pelo direito à cidade.

O espaço público torna-se, então, o lugar de conflitos potenciais e objeto de negociação permanente entre os usos de fato, considerados pelos cidadãos como direitos adquiridos, tais como: livre circulação, proteção, segurança, justiça, harmonia, salubridade, serviços e comodidades (FADUL, 1997).

Ao ser submetido à lógica do lucro, o espaço público e a cidade de forma geral, são rebaixados de obra (valor de uso e fruição) a produto para o consumo (instrumento do valor de troca) e o espaço/tempo passam a ser considerados como mercadorias (LEFEBVRE, 2008). Assim os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços “privatizados”, espaços de consumo e espaços para consumo. Rolnik (2000, p. 182) confirma isso ao explicar que:

O espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive de mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda. Assim, funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação.

Dessa forma, a privatização do espaço público pode gerar muitas consequências para a apropriação da cidade e por isso é relevante entender o que é e como ocorre.

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Não se tem a pretensão de abordar o tema a partir das Ciências Políticas ou da Administração Pública, mas se sabe que é importante ter certo conhecimento sobre como o objeto de pesquisa se relaciona com essas áreas. Dessa forma, termos como “política pública”, “privatização”, “parceria público-privada” e “concessão” devem ser discutidos a fim de possibilitar maior embasamento sobre o tema do trabalho.

Para compreender o termo “política pública” é necessário destacar alguns pontos de fragilidade na sua definição. De acordo com Secchi (2012), países de língua latina como o Brasil têm dificuldade em diferenciar o significado de “política”, termo que pode assumir duas conotações principais, que as comunidades epistêmicas de países de língua inglesa distinguem com os termos *politics* e *policy*.

Para Bobbio (2002), *politics* é a ação humana relacionada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Percebe-se que esse sentido de “política” talvez seja o mais presente no imaginário popular brasileiro e pode ser exemplificado por frases citadas por Secchi (2012, p. 1): “meu cunhado adora falar sobre política”, “a política de Brasília está distante das necessidades do povo”.

O outro sentido atribuído à palavra “política” é representado pelo termo *policy* e essa dimensão de “política” é mais concreta e está relacionada a orientações para a decisão e ação (SECCHI, 2012).

O termo “política pública” (*public policy*) deriva desse segundo sentido da palavra “política”. Dessa forma, “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2012, p. 1).

Secchi (2012, p. 2) apresenta, então, um novo termo ao dar uma nova definição à política pública: “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. O novo termo tratado nesse conceito é “problema público”, e de acordo com o mesmo autor deve ter implicações para uma quantidade e

qualidade significativa de pessoas. Nota-se aqui, a dificuldade de objetivação do que seja um problema público, pois a quantidade e qualidade das pessoas que uma política pública engloba também são suscetíveis a interpretações (SECCHI, 2012).

Seria possível continuar essa discussão abordando as tipologias de políticas públicas entre seus outros aspectos, mas para o fim que se destina esse texto esses pontos não são necessários.

Continuando a definição dos termos que são indispensáveis para esse trabalho, tem-se a privatização. De acordo com Rojas¹⁰ (1993, *apud* DI PIETRO, 2011), a privatização é a redução da atividade pública na produção e distribuição de bens e serviços, mediante a passagem (por vezes, a devolução) dessa função para a iniciativa privada. Dessa forma, a privatização pode ser um tipo de política pública, pois se trata de uma decisão política. O termo (privatização) “foi empregado para abarcar uma infinidade de iniciativas governamentais dirigidas, em princípio, a incrementar o papel do setor privado e, paralelamente, a reduzir o intervencionismo estatal na economia” (DI PIETRO, 2011, p. 6).

A partir daí, tem-se vários tipos de privatizações, que muitas vezes aparecem com o termo “parceria”. De acordo com Di Pietro (2011), o vocábulo “parceria”, em sentido amplo, era utilizado para designar todos os ajustes entre o poder público e o particular para consecução de fins de interesse público. Hoje, tem-se “a expressão ‘parceria público-privada’ para designar apenas dois tipos de parceria: a concessão patrocinada e a concessão administrativa” (DI PIETRO, 2011, p. 63).

Já o vocábulo concessão, no direito administrativo, costuma ser utilizado em diferentes sentidos, pois pode ter diversos objetos. O objeto tratado nesse projeto é a utilização de bem público por particular, com direito à exploração comercial (concessão de uso de bem público), que é diferente da concessão de serviço público, da concessão de obras públicas e das concessões patrocinadas e administrativas (que compõem a parceria público-privada) (DI PIETRO, 2011).

Em relação às parcerias entre o poder público e o privado, Borja (2003) afirma que a fragilidade da intervenção do Estado possibilita a privatização de diversos serviços públicos que muitas vezes podem favorecer mais os interesses privados do que públicos.

¹⁰ ROJAS, F. J. V. *Privatización de servicios públicos*. Madri: Tecnos, 1992.

De acordo com Borja (2003) as fórmulas de privatização são eficazes devido à sua maior flexibilidade de gestão (para intervenção no mercado, por exemplo) e por sua adaptabilidade às situações que dificilmente podem ser previstas em todos os aspectos. No entanto, a garantia do interesse geral requer que essas formas de gestão sejam transparentes, submetidas a um controle democrático e que não abram uma via de desregulamentação de todo um setor da administração pública.

Para Borja (2003), a cooperação público-privada de que tanto se reclama não é complicada: a parceria pública-pública é muito mais. São agentes de natureza distinta e por isso a parceria pode se estabelecer sobre bases mais claras. Os agentes privados, por outro lado, estão predeterminados por seu interesse particular, ou seja: sabem o que querem e seus interlocutores públicos sabem disso. O problema pode estar no poder público: deve-se saber o que quer, fixar condições mínimas que garantam resultados favoráveis ao interesse coletivo, mediar distintas visões entre interesse público e interesse privado com os quais deve firmar compromissos. O exercício de um bom responsável político é mais difícil do que atuar como proprietário ou promotor privado. (BORJA, 2003, p. 91, tradução nossa).

Como os critérios estabelecidos para os diversos tipos de privatização estão relacionados às formas de gestão e planejamento, é necessário entender como isso se dá em Curitiba, especificamente no Parque Barigui, objeto desta pesquisa.

4 A CIDADE DE CURITIBA E OS PARQUES URBANOS

A cidade de Curitiba possui alguns rótulos como “cidade modelo” e “capital ecológica”, que podem ser compreendidos a partir do processo histórico¹¹ e cultural da cidade.

Curitiba, antes de ser elevada a capital da Província do Paraná, segundo Dudeque¹² (1995, *apud* RECHIA, 2003), era apenas um agrupamento de casas que pertenciam a moradores das redondezas, ocupadas apenas nos dias de festas cívicas e religiosas. Não tinha mais que dez ruas, irregularmente agrupadas em torno da Praça da Matriz, sem iluminação e com aproximadamente 6.000 habitantes. Situava-se na parte baixa de uma planície. Os contatos com o litoral eram feitos por picadas e a cidade mais próxima nessa direção ficava a quatorze léguas (92,4 km) de péssimo caminho.

As primeiras intervenções urbanas aconteceram a partir de 1853, em função da emancipação política do Paraná, quando Curitiba foi obrigada a se preparar para transformar-se na capital da nova Província.

O início do desenvolvimento urbano de Curitiba ocorreu na segunda metade do século XIX com a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Dudeque (1995, *apud* RECHIA, 2003) aponta que em algumas localidades brasileiras foi possível copiar o modelo urbano francês, trazê-lo e desenhá-lo em terrenos ainda desocupados e que isso foi feito em Curitiba. As mudanças em Curitiba não dependiam de demolições e por isso começaram, já na década de 1880, com os engenheiros que construíram a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, quando o modelo francês foi adotado na íntegra como início do planejamento urbano de Curitiba (RECHIA, 2003, p. 19).

O rápido crescimento da população naquele período fez surgir um novo instrumento para a manutenção da ordem da cidade: O Código de Posturas de Curitiba. Este Código previa

padrões de higiene, aperfeiçoava a estrutura da cidade, estimulando o plantio de árvores nos passeios e estabelecia regras para coleta de lixo. Nessa direção, formalizava aspectos legais que envolviam o desejo de criação de cenários para autoafirmação da cidade. Regulamentava em minúcias as larguras mínimas das ruas, a uniformização da altura e

¹¹ Foi realizada uma breve análise a partir da pesquisa de Rechia (2003).

¹² DUDEQUE, I. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

alinhamento dos prédios, a altura mínima dos pavimentos, a largura e altura de janelas e portas, as proibições de coberturas visíveis da rua. Na complementação da legislação constava uma praça, integrada e próxima ao conjunto de ruas, destinada ao lazer. (RECHIA, 2003, p. 19)

A falta de recursos para grandes obras fizeram com que a administração pública se voltasse para um planejamento urbano diferenciado, buscando racionalizar necessidades e custos (RECHIA, 2003). Assim, a história formal da continuidade do planejamento urbano na cidade começa efetivamente em 1943, com o Plano Urbanístico Agache, realizado pelo engenheiro francês Alfred Agache.

Esse plano estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego, organizando as funções urbanas, estabelecendo zoneamento específico para as diversas atividades, codificando as edificações a fim de estimular e orientar o desenvolvimento da cidade. (RECHIA, 2003, p. 20)

Mesmo inovador para a época, o plano Agache não conseguiu prever e contornar todos os problemas urbanos surgidos a seguir. Por isso em 1954 esse plano sofreu uma revisão por meio da criação do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo (RECHIA, 2003, p. 21).

Em 1965, no "Seminário - Curitiba de Amanhã", realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, é apresentado à população o Plano Preliminar de Urbanismo, sancionado na forma de Plano Diretor, em 1966. O IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – é criado no mesmo ano, responsabilizando-se pelo desenvolvimento de projetos, implantação e gerenciamento do Plano. Seria dele a tarefa de delinear o mais amplo conjunto de mecanismos que possibilitassem ordenar o processo de desenvolvimento da cidade. Ao órgão fora entregue, assim, a responsabilidade de conciliar tempo e espaços urbanos. Para Rechia (2003) essa foi uma das iniciativas mais marcantes de Curitiba, porque, a partir do momento em que se instituiu um órgão dessa natureza, o qual contava com uma diversidade de profissionais em seu corpo técnico – principalmente: arquitetos, economistas, engenheiros, pedagogos e sociólogos – privilegiava-se uma concepção integrada de pesquisa e planejamento.

A década de 1970 foi o marco das inovações urbanísticas de Curitiba, sendo que muitas transformações que aconteciam na cidade eram através do desenvolvimento do Plano Diretor, discutido e implementado pelo IPPUC. É a partir desse momento que Curitiba passou por sua maior transformação física, econômico-

social e cultural de sua história. É nesse período também que os primeiros parques são implementados na cidade.

A transformação física se deu pela criação de eixos estruturais e a implantação de um sistema de transporte de massa que seria adaptável ao progressivo crescimento populacional. Quanto à transformação econômica, em 1974 foi criada a Cidade Industrial de Curitiba, promovendo a atração de investimentos na área industrial e priorizando a instalação de indústrias não poluentes. A transformação social ocorreu por meio de programas e investimentos que permitiram o crescimento da renda coletiva da população e contribuíram para amenizar os efeitos da concentração de renda.

A transformação cultural se fez com a promoção de uma identidade própria para a cidade, fundamentada em referenciais urbanos. Inicialmente foram utilizados instrumentos que buscavam a revitalização dos setores tradicionais e históricos da cidade, além de um programa cultural que conectava lazer e cultura por meio da apropriação de parques públicos. Para tanto, a prefeitura promoveu uma criação acelerada de novos espaços de cultura e lazer na cidade. Em relação a essa questão Rechia pondera que

a transformação cultural da cidade iniciada nos anos 70 segue desenvolvendo um intenso e ininterrupto processo voltado à promoção de uma identidade cultural e de referenciais urbanos para o cidadão. Esse processo pode estar contribuindo para despertar um sentimento de pertencer à cidade, estabelecendo uma cumplicidade entre esta e seus moradores. (2003, p. 28)

Nos anos 1980 houve um aumento da participação popular e a cidade se voltou às ações sociais. Dessa forma, Curitiba continuou a promover iniciativas nas áreas de meio ambiente, educação, saúde, transporte, habitação, geração de emprego e renda. Essas e outras ações nomearam a cidade como “capital ecológica”, e o urbanismo aplicado passou a se chamar urbanismo ecológico. Para Rechia (2003) esse processo contribuiu para despertar um sentimento de “pertencer à cidade”, estabelecendo uma cumplicidade entre esta e seus moradores.

Nos anos 1990 Curitiba continuou com um intenso crescimento populacional, que se observava desde os anos 70, fazendo com que fosse necessário um maior planejamento quanto ao seu crescimento, principalmente na ocupação das áreas urbanizadas ao sul da cidade, ampliando o número de escolas, creches, unidades de saúde e programas sociais. Dessa forma, mesmo diante desse significativo

aumento populacional e com novos desafios, Curitiba manteve a preocupação com as áreas verdes, transformando-as em espaços para a potencialização da cultura local e para o lazer comunitário (RECHIA, 2003).

Então, a partir do histórico do planejamento de Curitiba, Rechia (2003) afirma que é possível observar princípios da racionalidade ambiental que apontados por Leff¹³, uma vez que algumas intervenções urbanísticas da cidade seguem uma proposta que associa “cidade/homem/natureza”. Devido a esse planejamento que busca a sustentabilidade local, a cidade foi sede do evento de preparação para a ECO 92¹⁴, recebendo da imprensa as denominações de “cidade modelo”, “cidade ecológica”, “capital brasileira de qualidade de vida”, entre outras. Portanto,

a insistência em querer dar um perfil histórico/cultural à cidade, criando parques e bosques urbanos com a ideia de criação de pontos de encontro, assimilando a questão ambiental no planejamento, relacionando-a inclusive com a cultura de seus imigrantes, criou uma marca identitária do lugar que lhe conferiu status mundial e a colocou como modelo de “cidade ecologicamente correta”. (RECHIA, 2003, p. 88)

No entanto, Pereira (2001, p. 49) afirma que, embora seja considerada um modelo de “cidade ecologicamente correta”, Curitiba “demonstra as contradições da produção do espaço que se baseia em um conceito de ‘progresso’ urbano que contém em si mesmo sua negação: a qualidade de uma área é medida em contradição à precariedade de outras”. Mas mesmo diante dessa contradição - problemas urbanos de ordem política, social e econômica - não se pode deixar de lado os resultados no processo de desenvolvimento urbano da cidade. Sobre tal questão, Rechia afirma que

Tais fatos podem estar associados ao processo de institucionalização do planejamento urbano, o qual desempenhou função ímpar na conquista de status alcançado atualmente por Curitiba, o que a diferencia de muitas outras cidades que foram crescendo sem planejamento. Algumas políticas ambientais foram consequência dessas ações e hoje apresentam boas perspectivas. (2003, p.89)

O modelo adotado para a criação de ambientes públicos em Curitiba demonstra que a cidade se destaca pela incorporação da natureza no seu planejamento urbano, o qual tem como pano de fundo uma certa preocupação com

¹³ Citado por Rechia (2003, p. 87), Leff (2001) pondera que “as políticas neoliberais estão levando a capitalizar a natureza, a ética e a cultura”, Por outro, “os princípios de racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, fundados na (re)apropriação da natureza, na (re)significação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores do humanismo”.

¹⁴ Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.

a relação homem/cidade, com ênfase no "lazer verde", distinguindo-a de outras capitais do país e criando em torno de si uma marca identitária¹⁵ que, entre várias dimensões, ressalta a qualidade de vida urbana e a beleza da cidade-jardim.

4.1 PARQUES URBANOS

A necessidade de "natureza" nunca foi tão evidente, colocando os parques públicos no centro das novas problemáticas urbanas e tornando o uso de "áreas verdes" um direito de todos os cidadãos. Em seu aspecto material, o parque público é mais do que nunca um "espaço de natureza" em ruptura com os "espaços minerais", o ambiente construído e os ritmos urbanos (SERPA, 2007, p. 82).

O parque público, como é conhecido hoje, é um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de recodificação (MACEDO; SAKATA, 2003).

Sua primeira função foi voltada para o lazer contemplativo, característica dos primeiros grandes parques públicos. No decorrer do século XX novas funções foram introduzidas, como as esportivas e as de conservação de recursos naturais. Essas funções requalificaram os parques e novas denominações foram sendo atribuídas, como parque ecológico e parque temático (MACEDO; SAKATA, 2003).

A definição de parque não é precisa, mas de acordo com Macedo e Sakata (2003, p. 14) parque é

todo o espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

Diferentemente dos parques urbanos europeus, o parque urbano brasileiro foi criado como "uma figura complementar ao cenário das elites emergentes que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais" (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 16).

¹⁵ O termo marca identitária é utilizado no sentido dado por Yázigi (2001, p. 49): "diferenciação espacial que reúna um conjunto de características, fundamentada na geografia física; em suas instituições; sua vida econômica, social e cultural (com destaque para a paisagem construída). Trata-se de um fenômeno total, não reduzível a uma única propriedade, sob o risco de perda de seu caráter [...] a identidade regional é acentuada pela natureza e a identidade local por todas as formas de construção arquitetônico-urbanístico, com tudo que comportam em si".

O parque, ricamente elaborado e decorado, torna-se, no final do século XIX e especialmente no início do século XX, um elemento urbano comum (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 31). Durante a primeira metade do século XX, os parques foram construídos em pequeno número, concentrando-se em algumas das grandes cidades, ficando restritos praticamente a áreas centrais e a bairros de elite. Nos anos 50 e 60, era notável a carência por espaços ao ar livre para o lazer de massa (MACEDO; SAKATA, 2013).

Com o significativo aumento da população nas cidades, o parque se torna um desejo por milhares de pessoas, mas está ainda muito distante da maioria, pois só existe em áreas vizinhas aos centros e aos bairros ricos. Apesar das dificuldades de acesso, os parques passam a ser muito utilizados pela população mais pobre (MACEDO; SAKATA, 2013).

O caso de Curitiba é especial, pois uma inédita política pública de investimentos em transportes, equipamentos e áreas livres passa a ser desenvolvida de forma sistemática a partir de 1966, mantendo-se em todas as gestões seguintes. Antigas áreas de bosques aprisionadas na mancha urbana então em processo de crescimento e são transformadas em parques (MACEDO; SAKATA, 2013, p. 38).

Em Curitiba foram criados 30 parques, 300 praças e vários bosques municipais de 1972 a 2003 (RECHIA, 2003). A maioria desses espaços foi projetada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, supervisionada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e é mantida pelo Departamento de Parques e Praças do município. Os parques, as praças e os bosques viraram "praia" dos curitibanos (RECHIA, 2003, p. 126).

A multiplicação do parque público pela cidade brasileira só se deu no fim dos anos 60, quando se iniciou um processo de investimento público sistemático na criação de parques, não mais voltados exclusivamente às elites. O público a ser atendido agora é outro, bastante diferente daquele do início do século, pois "mora em subúrbios densamente construídos, às vezes muito pobres, não tem acesso a clubes e o espaço público, seja rua, praça, praia ou parque, é o único local onde pode desenvolver atividades ao ar livre" (MACEDO; SAKATA, 2013, p. 46).

Rechia (2003) considera os parques públicos urbanos como uma das possibilidades de se pensar numa cidade mais humana, em que a dialética homem/natureza pode se efetivar num movimento conciliador entre participação, encontro, liberdade e ludicidade.

Produz-se o consenso de que o parque público contribui para melhorar a qualidade da vida urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos e de lazer “festivo”. Entretanto, é necessário desmistificar a ideia de que os parques urbanos são sempre uma dádiva conferida à população de uma cidade. O olhar crítico sobre esses espaços pressupõe considerar os parques urbanos como locais construídos e que precisam de vida e da aprovação conferida a eles pela população local (SERPA, 2007).

A visita ao parque urbano representa, atualmente, a possibilidade de respirar, de levar as crianças para passear e brincar ao ar livre. Esses espaços de natureza cada vez mais rara representam o antídoto para os ritmos urbanos, o stress e a poluição. Por isso, os investimentos para implantação de áreas verdes nas cidades ao redor do mundo são crescentes (SERPA, 2007, p. 82).

Percebe-se assim que houve uma mudança de paradigma na história da constituição do parque urbano no Brasil, do parque do convívio dos iguais (as elites) para o parque para todos, ocupado pelos diferentes e sua coexistência. Em Curitiba, no entanto, grande parte desses parques está localizada onde as elites estão, na região norte da cidade, e isso se torna uma das barreiras para que os moradores de outras regiões da cidade tenham acesso a esses espaços.

Para Jacobs (2009) todo parque urbano é um caso particular e desafia as generalizações. Nesse sentido, questiona-se se privatizações nesses espaços, como o caso do Parque Barigui, não podem significar um retorno ao paradigma em que o parque urbano é apenas para as elites, visto que o poder público passa o seu controle para iniciativa privada e esta visa o lucro. Ou seja, para frequentarem as feiras dentro do Pavilhão de Eventos do parque os usuários precisam poder pagar: os que não podem não têm acesso.

Infer-se assim que concessões como essa do Parque Barigui podem regredir o conceito do parque urbano, retomando-o como o lugar dos iguais.

Jacobs (2009) afirma ainda que os parques são locais efêmeros e costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade, pois as pessoas dão utilidade a eles e os fazem um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. Sendo assim, uma possibilidade para o parque urbano ser um local de sucesso são os usos que os sujeitos farão dele, prioritariamente no tempo e espaço de lazer.

5 O FENÔMENO DO LAZER

O fenômeno do lazer, em sua história, descrito muitas vezes como “tempo para não fazer nada” ou “tempo para si mesmo”, foi sempre associado a conceitos negativos como preguiça e ociosidade. E apesar de ser um direito assegurado por lei, ainda hoje é visto como “supérfluo”.

Muitas são as dificuldades em se definir o termo lazer, por esse ser um fenômeno multifacetado inserido nas transformações que ocorrem na sociedade. Algumas características apontadas pelos diferentes autores, mesmo que divergentes, podem auxiliar na busca pela compreensão deste fenômeno em uma perspectiva sociológica.

No Brasil, os estudos sobre o tema “lazer” começaram na primeira metade do século XX, e neles já é possível identificar concepções de lazer em voga naquele período histórico. A partir da análise de textos da época, é possível constatar que o lazer era compreendido como uma fração de tempo situada no âmbito do chamado “tempo livre”. Portanto, o lazer era entendido como um fenômeno decorrente das conquistas trabalhistas, materializado na forma da limitação da jornada de trabalho, das férias e fins de semana remunerados, que constituem ainda hoje os períodos de tempo institucionalizados para os descansos, passatempos e diversões (GOMES, 2004).

Gomes (2004) afirma que a partir desse contexto difundiu-se a ideia de que as horas de lazer deveriam ser preenchidas com atividades recreativas consideradas “saúdáveis” pelos segmentos hegemônicos. Com isso houve uma ampliação do acesso das camadas populares a diversos conteúdos culturais que antes eram privilégio da burguesia. No entanto, foi revestido de caráter coercitivo, pois as atividades oferecidas à população operária eram apenas aquelas consideradas “lícitas”.

Essa compreensão que restringia o lazer ao tempo subtraído da jornada de trabalho foi alvo de reflexões, especialmente na segunda metade do século XX. Esse repensar sobre o lazer no Brasil vem ocorrendo desde a década de 1970, período em que foi notável a repercussão da produção teórica do sociólogo francês Joffre Dumazedier.

Para Dumazedier (2008), o lazer é o elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possuindo relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua

influência, passam a ser tratados em novos termos. Mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, sua necessidade está presente e cada vez mais urgente. E cresce com a urbanização e a industrialização.

A partir disso, Dumazedier afirma que o lazer trata-se de um fenômeno que exerce consequências sobre o trabalho, a família e a cultura e constrói seu conceito afirmando que

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (2008, p. 34)

Por situar o lazer como um “conjunto de ocupações”, restringindo o fenômeno à prática de determinadas atividades, esse conceito é alvo de críticas por parte de alguns autores. Além disso, o lazer é definido em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana.

Para Gomes (2004), trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. A autora enfatiza que na vida cotidiana nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer. Nesse sentido, não se vive em uma sociedade composta por dimensões neutras e desconectadas umas das outras, mas sim relacionadas e interdependentes.

Nos últimos anos, os trabalhos de Nelson Marcellino vêm sendo consideravelmente citados nos estudos sobre o lazer no Brasil. Esse autor se baseia em Dumazedier, embora suas análises sejam redimensionadas em alguns pontos. Fundamentado em Antônio Gramsci, Marcellino utiliza perspectivas marxistas para subsidiar suas considerações.

Do ponto de vista conceitual, Marcellino (1990, p. 31) entende o lazer como “cultura – compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”. Para o autor, o importante como traço definidor é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação.

De certa forma, essa proposição avança a perspectiva de Dumazedier, no qual lazer e ócio eram colocados em campos opostos. Ao redimensionar o lazer

como cultura, essa compreensão supera o seu entendimento como mero “conjunto de ocupações”.

Os estudos do lazer, no mundo contemporâneo, nascem e ganham impulso com o processo de urbanização. O lazer, tal como o conhecemos hoje, é uma problemática tipicamente urbana, característica das grandes cidades, porém ultrapassa suas “fronteiras”, uma vez que os grandes centros urbanos a levam, com as mesmas características, por meio da mídia, para outras regiões do país (MARCELLINO *et al.*, 2007).

Parte-se de dois conceitos distintos, porém possivelmente complementares, sobre o fenômeno lazer. O primeiro é de Mascarenhas (2001, p. 92) que entende o lazer como “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”. Esse conceito é interessante por apresentar a necessidade de um tempo e um espaço, assim como as relações de hegemonia que perpassam as práticas, os tempos e os espaços desse fenômeno. Pode-se relacionar aqui a questão do valor de uso e valor de troca, em que o valor de troca se tornou hegemônico e se caracteriza prioritariamente a partir do fenômeno do lazer como mercadoria.

Outro conceito é o de Gomes (2003) que aborda quatro elementos que se relacionam: tempo, espaço, manifestações culturais e atitude. Nesse conceito, o que chama a atenção é a presença do termo “atitude”, que mostra que, além do tempo e espaço, também é necessário uma educação para o lazer (MARCELLINO, 1990), assim como as motivações pessoais para as escolhas relacionadas ao lazer.

Mesmo o lazer sendo um direito legalmente garantido, sua consecução depende principalmente de três fatores determinantes: o primeiro refere-se à falta de acesso da maior parte da população ao lazer; o segundo, à pequena oferta de ações de educação para e pelo lazer; e o terceiro, à escassez de profissionais capacitados para o gerenciamento e a execução das atividades (TOSIN, 2005).

É, portanto, a partir desses elementos e dificuldades que os sujeitos conseguirão ter acesso a essa dimensão da cultura. Mas para isso, o Estado precisa contribuir no sentido de fomentar políticas públicas no âmbito do lazer, para que os sujeitos exerçam seu direito ao lazer.

Nessa direção, o urbanismo moderno atribuiu aos espaços da cidade as funções de lazer, de morar, de trabalho e de circulação (ROLNIK, 2000). Percebe-se

assim que é no tempo/espço de lazer que se pode reestabelecer a multifuncionalidade da cidade, a conexão dos seus usos, funções e pessoas diferentes (ROLNIK, 2000).

Ao buscar estudos sobre o espaço para o lazer, aparecem dois termos que frequentemente se confundem: espaço de lazer e equipamento de lazer. Santini¹⁶ (1993, *apud* MARCELLINO *et al.*, 2007) acredita que existem duas formas de entendimento para essa diferença entre os conceitos. O primeiro entendimento propõe que os conceitos sejam utilizados como sinônimos. Já o segundo sugere uma distinção clara entre espaço e equipamento: espaço é entendido como o suporte para os equipamentos e os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. Dessa forma, é possível realizar atividades de lazer sem um equipamento, mas é impossível sem um espaço (MARCELLINO *et al.*, 2007).

Os espaços públicos de lazer devem ser espaços de sociabilidade, palco de transformações sociais e de resistência. Segundo Rechia (2003), esses espaços são uma espécie de síntese do aspecto físico da cidade e a partir da apropriação, que pode vir a transformar aquele espaço em lugar, é que podemos desvelar o pulsar da vida urbana, ou seja, a vida na cidade. Uma das características mais interessantes desses espaços, segundo a mesma autora, é “a possibilidade de se tornarem lugares de encontro por meio de usos combinados e cruzados, pois se mostram como expressão da vida de uma sociedade”.

Porém, o que se observa hoje é que “os equipamentos urbanos para o lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada, que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor” (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 22).

Mesmo sendo considerado um “oásis da tranquilidade”, o lazer sofre as mesmas influências que qualquer área do social (MARCELLINO *et al.*, 2007). Dessa forma, a violência e a falta de segurança são fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem reféns de suas próprias casas, aumentando o já elevado número de indivíduos que têm em casa os seus principais “equipamentos” de lazer (MARCELLINO *et al.*, 2007).

¹⁶ SANTINI, R. C. G. **Dimensões do lazer e da recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993.

Para fazer a conexão entre aquilo que os parques podem representar e quanto o fenômeno do lazer pode ser importante nesse processo foi feita a análise específica do Parque Barigui na cidade de Curitiba.

6 O PARQUE BARIGUI

A criação continuada de parques e áreas verdes na cidade iniciou-se no final da década de 1960 com a implementação do Plano Diretor de Curitiba. Na primeira metade da década de 1970 ocorreram intervenções públicas que culminaram com a construção de dois grandes parques: o Barigui e o São Lourenço (OLIVEIRA, 2001).

A proposta de criação do Parque Barigui foi idealizada pelo Plano Agache (1941-1943), mas só na década de 1970 o parque foi implementado. Na época do Plano Agache a ideia era criar um parque ao redor de um lago formado pelo represamento do rio Barigui e seria voltado à prática de esportes e lazer de elite: regatas e *motoring*¹⁷ (CURITIBA, 2007).

Na década de 1970 iniciou-se a preocupação com os problemas ambientais e, na tentativa de diminuí-los, começaram a ser divulgados programas de práticas ecológicas e de controle da poluição. Além disso, surgiu uma nova geração de planejadores urbanos nessa época, que juntou todas essas informações no conceito de um lazer urbano próximo à natureza e formulou a hipótese de que Curitiba era carente de paisagens horizontais. A solução era idear parques com lagos, que concedessem paisagens horizontais aos habitantes de Curitiba (CURITIBA, 2007).

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e a Urbanização de Curitiba S. A. (URBS) projetaram o novo Parque Barigui a partir dos conceitos de ecologia, de lazer urbano e de projeto da paisagem. Ou seja: protegeria a mata nativa, aumentaria as possibilidades de ócio urbano próximo à natureza e criaria um lago que apresentaria paisagens urbanas inéditas em Curitiba. Dessa forma, o Parque Barigui faz parte de uma política municipal de preservação de fundo de vales, com o objetivo de evitar o assoreamento e a poluição dos rios, proteger a mata ciliar e impedir a ocupação irregular das suas margens, tornando essas áreas abertas à utilização pública (CURITIBA, 2007).

Ao contrário do elitismo proposto no Plano Agache, o novo parque passou a sediar as atividades previstas pelos padrões modernistas vigentes desde a década de 1920: esporte, contato com o sol, exposições e convívio (em bares ou churrasqueiras) (CURITIBA, 2007).

Para financiar sua implementação, o projeto foi enviado para o Ministério da Fazenda. O procedimento normal caso o projeto não fosse aceito era a devolução

¹⁷ Forma de recreação conhecida como “passear de automóvel”.

da papelada, com o carimbo da recusa. Entretanto, foram convocados representantes da URBS para lhes alertar que o governo militar não admitia a dissipação de recursos em recreação, lazer ou ecologia. Algumas semanas depois, o mesmo projeto foi apresentado novamente ao mesmo Ministério da Fazenda (CURITIBA, 2007), com algumas pequenas alterações.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui¹⁸ (2007, p. 24):

Os desenhos eram os mesmos, as obras previstas eram as mesmas, o orçamento era o mesmo. A diferença era que, na capa e ao longo da argumentação, a ênfase em “recreação”, “lazer” e “ecologia” foi substituída por “saneamento” e “retenção de cheias”. O projeto anterior já saneava e já continha as enchentes, mas essas fases eram consideradas intermediárias: os planejadores de Curitiba consideravam que o objetivo mais elevado era criar espaços, apropriados para o lazer e convívio, sem agredir o ambiente. Mas, diante da técnica que vigorava no governo federal, o saneamento e a retenção de enchentes foram tratados, na nova redação, como os conhecimentos que o planejamento urbano poderia atingir. Os recursos foram aprovados. Não fosse esse artifício verbal, é provável que a área do Parque Barigui tivesse sido entregue a negociantes imobiliários.

FIGURA 1 – PARQUE BARIGUI EM 1972



Fonte: Curitiba Antiga, 2013.

O Parque Barigui tem origem da antiga “sesmaria” pertencente a Martins Mateus Leme e na desapropriação, pelo então prefeito Jaime Lerner. Seu projeto é de autoria do arquiteto Lubomir Ficinski e foi inaugurado no ano de 1972. O objetivo inicial foi o de oferecer ao público um centro de lazer especial, contendo um grande

¹⁸ Plano de Manejo: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000 – Artigo 2º; Inciso XVII).

parque de diversões, uma ferrovia, além de possibilitar uma ampla utilização do lago, com regatas a remo e a vela. Porém esse projeto tornou-se inviável principalmente por seu alto custo (CURITIBA, 2007).

Hoje, o Parque Barigui possui a área de 1,40 km² e é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), por meio do Departamento de Parques e Praças (MAPP). Localiza-se na porção noroeste do município de Curitiba. É delimitado pela Avenida Manoel Ribas, ao norte, pela rodovia BR-277, ao sul, e interceptado, em sua porção central, pela Avenida Cândido Hartmann. Encontra-se na confluência de quatro bairros: Bigorrilho, Cascatinha, Mercês e Santo Inácio.

6.1 CONCESSÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS

Construído em 1975, com quase 13,5 mil m², o Pavilhão Municipal de Eventos do Parque Barigui abrigava no mínimo 20 eventos por ano, com média de público de 800 mil pessoas por ano. De acordo com o funcionário da Urbs responsável pela fiscalização da concessão, o motivo para a escolha da privatização do espaço foi que

o antigo pavilhão, inaugurado em 1975, ou seja, com mais de 35 anos, necessitava de reforma geral, principalmente em sua cobertura e a intervenção exigiria especialistas e recursos não disponíveis na Prefeitura (Responsável Urbs).

A solução encontrada pela prefeitura foi, então, privatizar esse espaço. Em 28 de dezembro de 2010, a Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) abriu licitação pública para concessão de direito de uso e exploração comercial do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui. Essa licitação foi na modalidade Concorrência (005/2010) e a concessão autorizada por 25 anos. O edital previa apresentação de um pré-projeto a ser avaliado por comissão técnica da Prefeitura de Curitiba, pagamento mínimo de R\$ 500 mil e repasse mínimo à Urbs de 5% do faturamento bruto mensal. (CURITIBA, 2010).

Em 27 de maio de 2011 foi firmado o contrato entre a Urbs e o concessionário (constituído por duas empresas: POSITIVO e J. MALUCELLI), assim foi criada a Expo Renault Barigui. A nomeação do espaço é resultado da parceria

dos dois grandes grupos paranaenses com a multinacional Renault, montadora francesa com sede no Paraná, em contrato de *naming rights*¹⁹.

De acordo com seu próprio site, o Expo Renault Barigui foi “desenvolvido dentro dos conceitos mais atuais de sustentabilidade ambiental, proporcionando completa integração com a paisagem do Parque Barigui e demonstrando respeito ao meio ambiente e à cidade”.

FIGURA 2 – EXPO RENAULT BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

No contrato de concessão (CURITIBA, 2001, p. 1) ficou estabelecido:

O objeto do presente contrato compreende:

- a) Concepção e elaboração de um projeto relativo ao novo Centro de Eventos Barigui;
- b) Demolição e destinação final adequada aos resíduos do atual Pavilhão de Exposições do Parque Barigui;
- c) A construção do novo Centro de Eventos de acordo com o projeto elaborado e Termo de Referência;
- d) A manutenção e conservação dos bens reversíveis vinculados à concessão, ao longo de todo o contrato;
- e) A execução de Obras Complementares no Parque Barigui, conforme ANEXO II do Edital, que serão realizadas em contraprestação à outorga da concessão.

¹⁹ “Naming rights” é a prática da concessão de direitos de nome em que empresas donas de algum estabelecimento de eventos, espetáculos culturais ou esportivos dão um nome para uma marca ou produto.

Dentre as condições impostas aos parceiros privados, estavam investimentos nas seguintes obras: construção de um novo pavilhão de eventos, construção de uma trincheira na Avenida Candido Hartmann e uma passarela subterrânea para pedestres, revitalização das pistas existentes e construção de uma nova. Quando perguntado sobre como foram decididas essas ações de contrapartida, o fiscal responsável pela concessão respondeu:

A contrapartida exigiu estudos técnicos na avaliação dos investimentos necessários, estudos de mercado com a pesquisa dos anseios da população e o tempo de contrato, pois temos que proporcionar um negócio viável economicamente tanto para o Município quanto para o interessado, de forma que o processo licitatório não resulte frustrado (Responsável Urbs).

É interessante destacar nessa resposta a presença dos “anseios da população”, pois alguns problemas que serão abordados nos próximos tópicos e que são recorrentes nas reclamações dos usuários entrevistados não foram sanados pelas obras da concessão, mesmo sendo reivindicações antigas da Associação Amigos do Parque Barigui. Possivelmente esses problemas são mais urgentes do que a construção de uma nova pista.

Em relação às vantagens e desvantagens da concessão, o fiscal responsável pela concessão afirmou que

a vantagem para o Município foi a realização de uma grande obra além da construção do novo centro de eventos, com mais de 5.000 m², utilizando tecnologia moderna como reaproveitamento da água da chuva e da luz natural. Ainda foram remodeladas 6.000 m das pistas internas do parque com novas sinalizações verticais e horizontais das ciclovias; construída a 3ª pista para corridas com 5.100m; implantada a ponte de madeira ligando as pistas sob o Rio Barigui e a passagem de pedestres sob a Rua Candido Hartmann, tudo isto sem o desembolso de recursos públicos dos cofres municipais. A população ganhou um novo espaço de lazer e entretenimento e ainda uma praça de alimentação ao lado do pavilhão, sem contar o lindo jardim florido ao lado do prédio, o chafariz em frente e a cascata da passagem subterrânea da Rua Candido Hartmann, que vem se tornando um novo atrativo turístico da cidade. Quanto a desvantagens, não consigo perceber no momento (Responsável Urbs).

A interpretação dessa resposta é que todos parecem sair ganhando com essa concessão. O Estado economiza e lucra, o concessionário divulga sua marca e também lucra, os usuários aproveitam as melhorias. No entanto, é necessário entender a realidade cotidiana do Parque Barigui de perto, a partir dos seus usuários, seus usos e seus equipamentos para correlacionar aquilo que o gestor falou como benefício e aquilo que o usuário interpreta como benefício.

6.2 PERFIL DOS USUÁRIOS

A partir das observações no parque, percebeu-se que o perfil dos usuários oscila em relação aos horários e dias da semana em que frequentam o parque. Nos dias de semana no início da manhã observa-se um grande número de adultos e idosos, homens e mulheres, com acessórios esportivos de marcas conhecidas, assim como roupas e tênis apropriados para a realização de atividades físicas. Em dias de semana no final da tarde e início da noite já se percebe um maior número de jovens e crianças no parque. Nos fins de semana o parque se torna um grande espaço de diversidade: crianças, jovens, adultos e idosos; homens e mulheres; pobres e ricos etc.

Essas informações são reforçadas pelo diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) em 2007 como parte do Plano de Manejo do Parque Barigui. Para uma das pesquisas desse diagnóstico foram aplicados 365 questionários, sendo 78 questionários aplicados no sábado, 57 questionários aplicados no domingo e 230 questionários aplicados de segunda-feira a sexta-feira. Constatou-se que o sábado e o domingo eram os dias de maior movimento e que havia pouca diferença em relação ao número de frequentadores durante os dias úteis da semana. A maior parte desses usuários residia no bairro do Bigorrilho (14,10%), próximo ao Parque Barigui, e utilizava o carro como meio de transporte para chegar ao local (62,68%). Eram em maioria do sexo masculino (62,74%) e com nível de escolaridade superior (52,90%). A frequência de visita ao parque era preferencialmente durante os fins de semana (15,98%) ou 3 vezes durante a semana (18,50%), tendo como principais finalidades caminhar, passear ou fazer *cooper* (29,30%, 26,70% e 12,40%, respectivamente)

Um gráfico muito interessante desse documento é o da porcentagem de pessoas por bairros (e até outras cidades e países) que frequentavam o parque durante o domingo (dia em que há maior número de usuários no parque). Esse documento constatou que durante a semana os visitantes são em sua maioria os moradores de bairros próximos, como Bigorrilho, Centro e Santo Inácio. Já nos fins de semana isso se modifica. Observa-se que no domingo grande parte dos usuários do Parque Barigui vem de bairros mais afastados, como Xaxim, Boqueirão e Parolin:

FIGURA 3 – LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS VISITANTES DO PARQUE BARIGUI NO DOMINGO

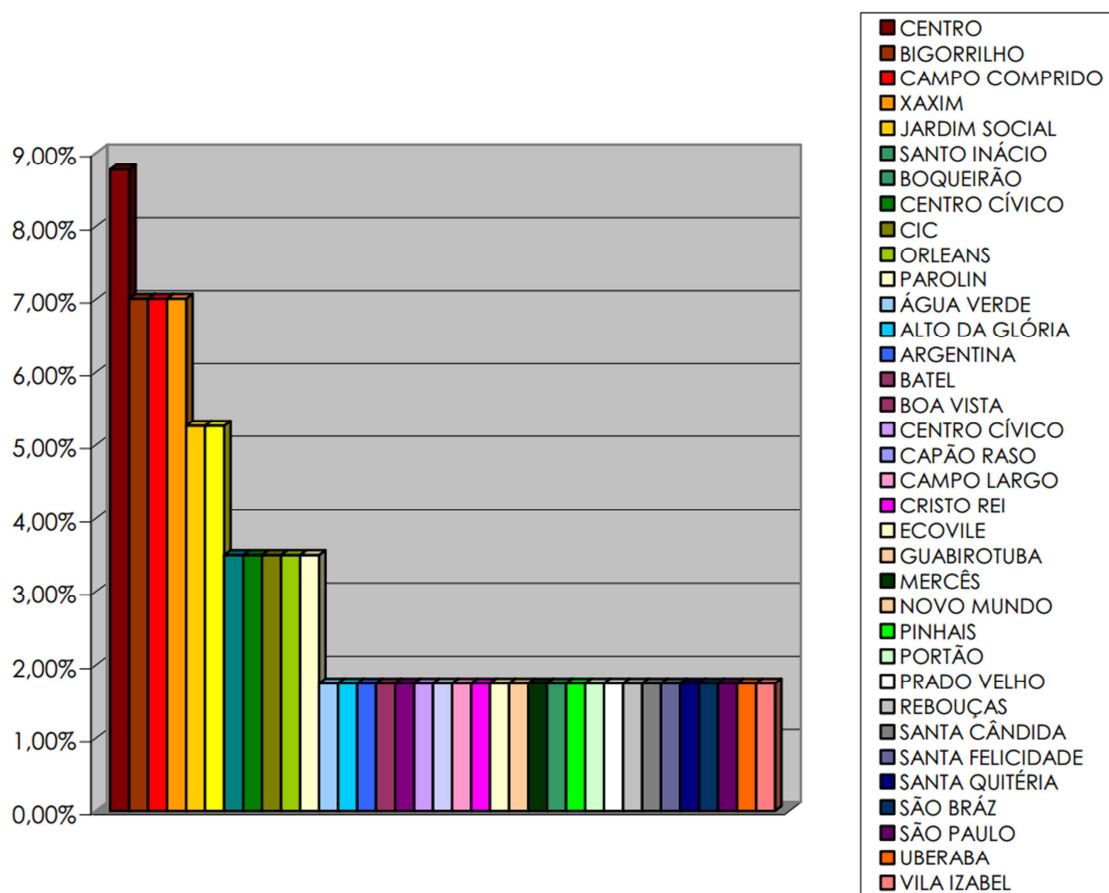


FIGURA 230: GRÁFICO DE LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS VISITANTES DO PARQUE BARIGUI NO DOMINGO

Fonte: elaborado com base em ECOTÉCNICA, 2007g

Fonte: Curitiba, 2007.

A partir dos dados estatísticos desse mesmo documento, percebe-se que a renda dos moradores desses bairros mais afastados é mais baixa do que dos moradores dos bairros mais próximos do parque. Possivelmente a visita ao Parque Barigui aos domingos seja a opção mais econômica para as famílias dos bairros mais afastados.

Sabe-se que os grandes eventos do Pavilhão ocorrem nos fins de semana, dias em que grande parte dos usuários tem menor poder aquisitivo e vem de bairros mais afastados. Ou seja, para terem acesso a esses eventos, os mesmos precisariam ser gratuitos ou com um preço acessível, o que não ocorre.

Mesmo os usuários entrevistados que moram nas redondezas e possuem maior poder aquisitivo não vão aos eventos do Pavilhão por diferentes motivos:

Nunca fui. Nem sei como era e nem como ficou [...]. Não vejo divulgação de eventos (Entrevistada 12).

Fui quando era o Pavilhão antigo, nesse novo nunca fui. Queria ver uma feira uma vez, mas achei a entrada muito cara (Entrevistado 17).

A pesquisa realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) foi realizada em 2007 e o contrato da concessão do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui foi assinado em 2011. Portanto, haviam dados sistematizados que poderiam embasar o projeto para as principais demandas do parque, principalmente em relação ao usuário.

Inferese assim que quando foi projetada a concessão não foi considerado o entorno, os anseios dos usuários, nem os próprios dados estatísticos realizados pela SMMA. Sendo assim, o novo Pavilhão de Eventos do Parque Barigui pode não dar conta das demandas dos usuários do parque, deixando de criar uma unidade com o perfil dos usuários do parque.

6.3 FORMAS DE APROPRIAÇÃO

FIGURA 4 – ILUSTRAÇÃO DO PARQUE BARIGUI POR CÉSAR LOBO



Fonte: Diário Urbano, 2013.

Além de conhecer o perfil dos usuários, é necessário também conhecer os usos que os mesmos fazem do parque. E da mesma forma que ocorre grande diversidade no perfil dos usuários durante a semana também acontece com as formas de apropriação do parque.

Nos dias de semana os usuários buscam prioritariamente realizar atividades físicas (caminhada, corrida e andar de bicicleta, principalmente).

Um trabalho publicado em 2009 sobre as práticas corporais no Parque Barigui apresentou características parecidas:

Percebemos o esvaziamento de alguns espaços na maior parte dos dias de semana, como é o caso das churrasqueiras, algumas quadras de futebol e vôlei de areia ou ainda a pista de patins (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

No final da tarde e início da noite em dias de semana, já se percebe que os usos são mais variados, como casais namorando na beira do lago, crianças brincando no playground, entre outros. Identifica-se ainda que a maior parte dos usuários busca realizar atividades físicas no parque, conforme constatado na pesquisa de Oliveira (2009, p. 68):

As visitas periódicas nos demonstraram uma multiplicidade de (re) significações e apropriações, assim como a grande diferença que existe nas formas de apropriação a partir de sábado à tarde estendendo-se para o domingo. O parque Barigui durante os finais de semana (principalmente no domingo) fica completamente lotado.

Já nos fins de semana é possível observar a espontaneidade e liberdade nas escolhas e criação de novas formas de brincar, jogar, andar, correr, ou desenvolver outras práticas corporais.

Na época dos estudos de Rechia (2003) e Oliveira (2009), ainda não existia a concessão e a presente pesquisa mostrou que algumas práticas se mantiveram e outras são novidades. Aponta-se: será que isso aconteceu pela revitalização de alguns espaços do parque gerada pela concessão? E até que ponto essas novas práticas foram facilitadas pelas mudanças geradas pela concessão? Ou será que não tiveram interferência alguma?

Para facilitar a apresentação dessas formas de apropriação, as mesmas foram categorizadas em: assessorias esportivas; práticas diferentes das quais o espaço foi concebido; novas práticas autônomas e práticas ilícitas.

6.3.1 Assessorias esportivas

As assessorias esportivas constituem um novo fenômeno nos parques e praças de Curitiba e buscam dar suporte ao treinamento físico, prioritariamente de corredores. Os treinamentos costumam ser realizados por meio de “planilhas

individuais e relatórios semanais ou quinzenais, de acordo com a adaptação e a necessidade de cada pessoa” (GABRIELLE, 2011, p. 1).

Nos trabalhos de Rechia (2003) e Oliveira (2009), esse fenômeno não foi observado. No entanto, nas observações realizadas em outubro e novembro de 2013, esse fenômeno é recorrente em vários horários, principalmente no início da manhã:

Mesmo sendo 7h da manhã e fazendo frio já se percebe, na entrada do parque pela Cândido Hartmann, a presença de 5 “módulos” de assessorias esportivas. Ao chegar mais perto, reconheço algumas pessoas - provavelmente professores de Educação Física - organizando e controlando exercícios de outras pessoas com o uso de planilhas e cronômetros. A corrida toma conta dessa porção do parque neste momento (Diário de campo, quarta-feira, 30/11/2013).

FIGURA 5 – GRUPO DE ALUNOS DE UMA ASSESSORIA ESPORTIVA NO PARQUE BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

Percebe-se a grande motivação dos alunos dessas assessorias e a busca pela superação em suas atividades. Pode-se relacionar essa prática ao chamado “lazer sério”, definido por Stebbins²⁰ (2008, p. 5, *apud* OLIVEIRA; DOLL, 2012, p. 327) como:

[...] a prática sistemática de uma atividade por amadores, praticantes de hobby ou voluntários, considerada substancial, interessante e realizadora que em casos típicos, lança-lhes numa carreira (de lazer) centrada na aquisição e expressão de uma combinação de habilidades especiais, conhecimento e experiência.

Seis características ajudam a definir esse conceito: perseverança dos participantes, o sentido de carreira para a atividade desenvolvida, necessidade de esforço, presença de benefícios duráveis, mundo social único ou espírito dos participantes e a identificação entre os participantes.

²⁰ STEBBINS, Robert A. **Serious Leisure**: a perspective for our time. New Jersey: Transaction, 2008. 156f.

Essas características foram observadas²¹ no seguinte trecho do diário de campo:

São 07h20 da manhã e mantenho contato visual com 4 “módulos” de assessorias esportivas. Aproximo-me de dois homens que pararam de correr nesse momento e escuto sua conversa. Falam sobre a melhora do tempo de um, em seguida o outro fala sobre uma técnica da passada que poderia ajudar o primeiro. Eles se aproximam do professor da assessoria e perguntam sobre o melhor modelo de tênis para determinado problema. O professor diz o nome e a marca, um deles diz que um amigo comprou esse modelo, mas não se adaptou. O outro homem avisa que irá atrás desse modelo para experimentar (Diário de campo, quarta-feira, 13/11/2013).

Uma das características do “lazer sério” expressa pelos praticantes é quando empenham dinheiro e/ou tempo além do disponível para desenvolvimento de suas atividades de “lazer sério”. Stebbins exemplifica com praticantes que compram os melhores equipamentos para as atividades ou que buscam por renomados professores (STEBBINS, 2008, p. 18, *apud* OLIVEIRA; DOLL, 2012, p. 329).

Nesse sentido, a presença das assessorias esportivas pode contribuir para o fortalecimento dessas características descritas e gerar outros benefícios para os praticantes. No entanto, questiona-se como é feita a regulamentação dessas empresas, visto que é um serviço privado sendo realizado em espaços públicos.

Quando perguntados sobre os pontos positivos e negativos das assessorias esportivas no parque, os entrevistados tiveram respostas diversas:

Eu não consigo ver nada negativo quando você está proporcionando o bem-estar das pessoas. Claro que dependendo da sua condição financeira, socioeconômica, você vai optar por assessorias mais sofisticadas ou menos sofisticadas, com mais equipamentos, com menos equipamentos. Não tem como você ir contra as pessoas que só estão fazendo o bem. E se algumas cobram por esses serviços é porque elas estão oferecendo um trabalho mais elaborado, são anos de estudos (Entrevistado 1).

Eu faria parte dessas assessorias, só não faço porque não tenho tempo. A prefeitura não disponibiliza profissionais da sua área (Educação Física) aqui, então o pessoal acha formas de ganhar dinheiro. Eles estão mais do que certos, além do mais não fazem mal a ninguém e ainda contribuem para a qualidade de vida das pessoas (Entrevistado 16)

Não acho bom que tenha essas assessorias. Aqui é um espaço público, eles deveriam ter sua própria sede (Entrevistado 8).

Eu acho que aqui é espaço público e não privado. Daqui a pouco elas (assessorias) vão tomar conta (Entrevistada 12).

²¹ As observações e entrevistas não permitiram identificar características suficientes para afirmar que as práticas tratam-se do fenômeno do lazer sério, mas podem ser pesquisadas com mais profundidade em outro trabalho.

Não existe uma unidade na opinião dos usuários entrevistados, e isso pode ser devido aos diferentes processos educativos e histórias de vida que possuem. No entanto, ninguém perguntou ou disse que sabia se essas assessorias eram regulamentadas ou não dentro dos parques.

Em Curitiba existe uma associação que organiza esse trabalho, a Associação dos Técnicos de Corrida de Curitiba (ATCC). Essa associação foi fundada em 2008 e busca organizar, orientar e colaborar com os técnicos, grupos, academias e assessorias de corrida na parte legal, tanto na abertura da empresa como também na parte técnica, como locais de montagem de estrutura em eventos, descontos em competições, cursos e outros (ATCC, 2012).

Em relação às regras de uso do espaço pelas assessorias, a ATCC regulamenta que: cada assessoria deve manter limpo o local de uso, o espaço de utilização deverá ser delimitado quando houver outras assessorias no local, só terá direito a local fixo nos parques se a assessoria tiver frequência semanal em dias pré-estipulados (ATCC, 2012).

É interessante perceber que nas regras estipuladas pela ATCC não existe nenhum termo de solicitação de uso do espaço à SMMA, órgão responsável pela gestão dos parques em Curitiba, o que aponta uma falta de comunicação entre os órgãos.

Percebe-se assim, a privatização do espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos (SERPA, 2007, p. 36).

Constata-se que o fenômeno das assessorias esportivas é uma tendência e pode se caracterizar como uma “privatização por dentro” do parque. Onde o poder público vende pequenos pedaços do espaço de forma regulamentada a partir de associações como a ATCC.

Essa é uma questão delicada, pois pode envolver riscos para o espaço público, mas principalmente para os usuários que não têm como pagar por serviços como os fornecidos pelas assessorias. O posicionamento dessas assessorias pode descaracterizar o espaço público como espaço gratuito e de liberdade e reforçar sua concepção de espaço diminuído e repartido.

Por trás da “ingenuidade” apresentada por alguns usuários, existe a ideia de mercantilização do espaço público, assim como a exclusão dos que não têm acesso às assessorias.

Entretanto, iniciativas como essa podem contribuir para o maior uso do espaço público, o desenvolvimento de práticas corporais e pode contribuir também para um processo educacional, pois quem vê ou participa pode se motivar a frequentar e cuidar do parque, socializar-se nesse ambiente e incentivar outras pessoas para essas ações.

O poder público poderia gerar programas de assessorias esportivas gratuitas dentro do parque e desenvolver essa educação para as práticas corporais orientadas por professores de Educação Física. No entanto, em relação a isso, um dos entrevistados comenta:

Não existe uma preocupação do município, não existe uma preocupação de nenhum órgão governamental, ou seja, uma Secretaria de Esporte e Lazer, uma Secretaria da Cultura, em fomentar práticas esportivas ou outros tipos de eventos aqui. Com raras exceções, como por exemplo, uma festa para o dia das crianças, uma coisa muito pontuada (Entrevistado 1).

O poder público não desenvolve políticas públicas que incentivem as práticas corporais dentro do parque, mas delibera para que empresas (as assessorias) possam fazer.

Nesse sentido, acredita-se que essa “privatização por dentro” gerada pelas assessorias esportivas assemelha-se à concessão nesse ponto, pois no caso dos eventos do pavilhão do parque só tem acesso quem pode pagar.

Sugere-se que deveria haver uma contrapartida dessas empresas para o parque, visto que utilizam seu espaço sem custos. Essa contrapartida poderia ser parecida com a que ocorre na concessão do Pavilhão de Eventos, mas tendo como prioridade as principais necessidades observadas pelos usuários.

6.3.2 Práticas diferentes das quais o espaço foi concebido

Algo bem recorrente nas observações foi o uso de locais de forma diferente da qual foi concebido. É o que ocorre com a pista de patinação em diversos sábados. A pista de patinação torna-se um local para o encontro de cães e seus donos. Nesse espaço os cães interagem uns com os outros, assim como seus donos conversam entre si.

FIGURA 6 – PISTA DE PATINAÇÃO COM USO ALTERNATIVO



Fonte: A autora, 2013.

Algo semelhante acontece com a cancha de peteca, que tem seu uso adaptado para práticas parecidas com o frescobol e o tênis.

FIGURA 7 – CANCHA DE PETECA UTILIZADA PARA OUTRA PRÁTICA



Fonte: A autora, 2013.

Alguns entrevistados comentaram sobre essas formas de uso:

Direto eu vejo gente praticando outros esportes nas quadras. Acho legal (Entrevistada 9).

O parque é público, acho que o cidadão pode usar o espaço como quiser, desde que não atinja a liberdade do outro (Entrevistado 13).

Dessa forma, quando os usuários entrevistados conseguiram perceber outras formas de uso, concordaram com sua realização. Percebe-se também que grande parte dos usuários utiliza os espaços para os fins que foram destinados, o que pode representar a intensa educação “dentro da caixinha” que grande parte dos brasileiros recebe.

Ações como as descritas anteriormente constituem-se como um processo de ressignificação do espaço (RECHIA; FRANÇA, 2006). Pois, como afirma Rechia e

França (2006), o espaço e os equipamentos, mesmo sendo planejados para serem apropriados de determinada maneira, podem a qualquer momento ser ressignificados pelos sujeitos que os apropria.

A apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizam o homem como espontaneidade, como energia vital (SERPA, 2007, p. 38). As formas de apropriação dos equipamentos do parque pelos usuários incitam seus anseios, seus gostos, assim como suas repressões que são sentidas e vividas no corpo.

Smolka (2000, p. 32) acrescenta à definição anterior que o ato de apropriar-se pode ser definido como o ato de tornar próprio, “no entanto, tornar próprio não significa exatamente, e nem sempre coincide com tornar adequado as expectativas sociais. Existem modos de tornar próprio, de tornar seu, que não são adequados ou pertinentes para o outro”.

Sendo assim, a apropriação pode ser entendida como:

[...] atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador, isto é, o homem apropria-se das condições exteriores, transformando-as (CARLOS, 2001, p. 216).

A partir dessa reflexão, infere-se que apropriação de um espaço está ligada ao poder simbólico desse como lugar. Ou seja, as relações que as pessoas estabelecem com um espaço a partir dos seus usos.

O espaço pode determinar a forma de apropriação, mas também pode ser ressignificado a partir dos diferentes usos dos sujeitos. Isso significa que mesmo o planejamento urbano definindo a forma, são os usuários que dão sentido e significado ao espaço a partir das práticas que realizam.

6.3.3 Novas práticas corporais autônomas

As práticas corporais abordadas neste tópico são autônomas em relação à organização e gestão do Estado. Para Palma e Assis (2007, p. 37), o conceito de autonomia, de forma mais ampla, pode designar a “independência do sujeito diante dos aspectos econômicos, sociais ou físicos”. Nesse sentido, as práticas corporais autônomas mencionadas estão relacionadas à capacidade dos sujeitos de eleger, promover e organizar a própria participação e de outros nas atividades típicas da

cultura corporal do movimento humano (jogos e brincadeiras, esporte, dança, lutas e ginástica) e com diferentes objetivos (saúde, aptidão física, estética, inserção sociocultural e competição esportiva).

Uma dessas práticas é o *slackline*, que pode ser descrito como “atividade física que tem como principal objetivo andar sobre uma fita, geralmente de *nylon* ou poliéster, trabalhando diversos aspectos psicomotores, sociais e valores morais” (SANTORO, 2013, p.4). Essa modalidade foi criada nos EUA na década de 1980 como atividade de lazer, hoje se desenvolveu e também é utilizada como parte de treinamentos para outros esportes.

Nas observações foi possível constatar a presença das “fitas” por toda extensão do parque, principalmente nos finais de tarde de dias de semana e tarde nos fins de semana:

As fitas de *slackline* são um fenômeno no parque. Nesse horário existem lugares em que foram colocadas três fitas, uma ao lado da outra. Os grupos são pequenos (até 5 pessoas), jovens adultos e homens em sua maioria (Diário de campo, segunda-feira, 28/10/2013).

FIGURA 8 – PRATICANTES DE SLACKLINE



Fonte: A autora, 2013.

Outra prática interessante é o *yoga* realizado pelo projeto Yoga no Parque, que acontece desde outubro de 2010 como uma iniciativa pessoal de um professor da modalidade. Atualmente o projeto conta com uma equipe de 9 instrutores, sendo que 5 começaram a praticar no parque (YOGA NO PARQUE, 2013).

FIGURA 9 – PARTICIPANTES DO PROJETO YOGA NO PARQUE



Fonte: A autora, 2013.

O Yoga no Parque já reuniu cerca de 200 pessoas em uma aula e seu trabalho está sendo bem divulgado, inclusive em perfis da Prefeitura Municipal de Curitiba nas redes sociais. Dos entrevistados, apenas uma afirmou que participava desse projeto:

Eu vou no Yoga no Parque desde 2012. Não gosto do ambiente fechado das academias, e só a caminhada no parque eu ficava com preguiça de fazer sozinha [...] Eu gosto de ter professor. [...] Nessas aulas eu conheço várias pessoas diferentes e ainda tem relaxamento no final, é tudo de bom (Entrevistada 12).

Afirmações como essa mostram a necessidade de potencializar a oferta pelo poder público de diferentes práticas corporais gratuitas para os usuários, pois os mesmos têm necessidades e anseios diferentes. Uma sugestão para futuras mudanças estruturais do parque é a construção de um pátio coberto para a realização de práticas como o Yoga no Parque em dias de chuva.

Práticas corporais como descritas aqui reafirmam o potencial criativo, social e solidário dos sujeitos e infere-se que é no tempo e espaço de lazer que essas dimensões podem ser potencializadas.

6.3.4 Práticas ilícitas

Dentre os muitos usos dos espaços públicos, sabe-se que alguns podem ser considerados ilícitos. No Parque Barigui existem alguns exemplos disso. Um fato descoberto nas entrevistas é o caso da prostituição masculina na porção mais afastada do parque:

Nós temos um bosque em que sabidamente existe a prostituição masculina lá. Todos os dias a partir das 5 h, 6 h da tarde. Nós já fizemos diversas manifestações aqui no parque, de repúdio a esse tipo de utilização do parque. Existem locais adequados para isso, existem motéis, as pessoas se sentiriam até mais seguras, os praticantes, enfim. O parque não é um local

para esse tipo de prática e ainda dentro da violência que ela é praticada. Hoje, um passeio a partir das 17 h, 18 h naquela região, muito provavelmente você vai confrontar com pessoas fazendo sexo a céu aberto, o que é um absurdo (Entrevistado 1).

Não tem como andar nas trilhas quando começa a entardecer, você pode encontrar casais gays fazendo sexo lá. E sempre tem muita sujeira por lá, camisinhas usadas, garrafas de bebida (Entrevistado 17).

Uma postagem publicada no blog da Associação Amigos do Parque Barigui em 25 de janeiro de 2009 já apontava a problemática desse tema:

Nas imediações do Parque Barigui, trecho compreendido entre as ruas Cândido Hartmann e Manoel Ribas, atrás do museu do automóvel, há um bosque de mata fechada. Esse local público de lazer e caminhadas tornou-se, ao longo do tempo, um ponto de prostituição masculina. Nesse bosque há ruelas de acessos, mas há dezenas de trilhas de chão batido onde rapazes praticam programas sexuais, cometendo atos criminosos de atentado violento ao pudor. Ainda descartam ao longo das trilhas milhares de preservativos usados, suas embalagens, entre outros lixo. Isso sem nunca serem abordados pela guarda municipal que, apesar de saber desses acontecimentos corriqueiros e constantes, não realiza policiamento repressivo para combater a prostituição no local. Toda comunidade está ciente dessas aberrações no maior parque de Curitiba, que assustam, amedrontam e afastam as famílias e os corredores dessa área de alto risco do Barigui. A Prefeitura precisa orientar a guarda municipal para que realize trabalhos de prevenção, enquadramento e punição policial. Ou será que o Barigui não é patrimônio público? (AMIGOS DO PARQUE BARIGUI, 2009).

A segurança dos espaços públicos é uma preocupação constante na sociedade atual. A população pede mais segurança e geralmente entende essa segurança como a presença de policiais e guardas nos espaços.

No entanto, segundo Jacobs (2009), mais importante do que a polícia para garantir a segurança de determinado espaço, é o trânsito contínuo de usuários, além da existência do que a autora chama de “proprietários naturais da rua”, que podem ser as pessoas que moram perto e observam o movimento de suas casas. Usuários que se sintam pertencentes ao espaço ou ainda pessoas que, de passagem, observam o movimento, cuidam do lugar. Esses “proprietários de rua”, aqui entendidos como proprietários do espaço público, certamente contribuem para a sensação de segurança que se sente ao frequentar esses espaços.

Isso não significa uma apologia à retirada da responsabilidade de policiamento dos locais pelo poder público, mas sim o reforço do argumento de que, tão importante quanto o policiamento, é ter espaços apropriados para o maior número de pessoas possíveis.

Além disso, tem-se o fenômeno da segurança percebida²², sensação de segurança do sujeito a partir da existência de determinados itens concretos que podem estar relacionados a elementos como policiamento, câmeras de segurança, segurança privada e iluminação.

Não existem grades ou cercas e portões de entrada e saída no Parque Barigui, o que permite acesso ao parque por qualquer local. O parque também não possui horário de funcionamento estipulado, ficando disponível à população em tempo integral.

Dentro do parque existe um módulo da Guarda Municipal de Curitiba. No entanto, durante todo o período de observações nenhum guarda foi visto fazendo ronda pelo parque. O parque também conta com câmeras de segurança espalhadas pelo parque. Em uma visita ao módulo dentro do parque, uma conversa informal com um guarda municipal constatou que existiam seis câmeras distribuídas pelo parque, mas que só duas estavam funcionando.

FIGURA 10 – CÂMERA DE SEGURANÇA NO PARQUE BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

Outro elemento importante são os postes de iluminação que estão disponíveis em toda a extensão do parque. No entanto, em visita noturna, observou-se que em um trecho de cerca de 400 metros todos os postes estavam apagados, o que pode desfavorecer a apropriação dos espaços do parque pelos usuários, pois como afirma Jacobs (2009, p. 43):

²² Categoria inspirada em Jacobs (2009).

O valor da iluminação forte nas ruas de áreas apagadas e desvitalizadas vem do reconforto que ela proporciona às pessoas que precisam andar nas calçadas, ou gostariam de andar, as quais não o fariam se não houvesse boa iluminação. Assim, as luzes induzem essas pessoas a contribuir com seus olhos para a manutenção da rua.

Percebe-se assim que a grande maioria das estruturas que existem para a segurança Parque Barigui não funciona de forma eficiente. Para estar mais qualificado, o parque deveria estar com todos os quesitos apresentados até aqui em ótimo estado e funcionamento.

Além disso, foi possível observar nos fins de semana o alto consumo de drogas lícitas e ilícitas combinadas com uma prática muito comum no parque: carros com som alto. Em uma operação de fiscalização realizada no Parque Barigui em um domingo pela Guarda Municipal de Curitiba, 10 das 48 multas foram aplicadas por poluição sonora (GAZETA DO POVO, 2013).

FIGURA 11 – PLACA DE PROIBIÇÃO DE SOM ALTO



Fonte: A autora, 2013.

Jaime Lerner, no prólogo à edição brasileira de “Cidades para pessoas” de Jan Gehl (2013, grifo nosso), afirma que:

A **diversidade** é o que traz a riqueza da mistura, do complementar, do diverso [...] Conecta-se a dois elementos fundamentais a qualidade de vida urbana: a **identidade** e a **coexistência**. [...] No âmbito urbano, a identidade se reflete nos vínculos que estabelecemos com os espaços da cidade, seus elementos de referência, que passam a fazer parte constitutiva do nosso cotidiano. Quanto mais diversificada for a cidade, mais humana ela será, na medida em que se entenda que a coexistência – a receita de se abraçar a diversidade enquanto se valoriza a identidade – deva ser exercitada. Na relação entre diversidade, identidade e coexistência reside um dos segredos da segurança e da saúde da cidade.

Entende-se a partir dessa reflexão que problemas de transgressão de normas de conduta podem acontecer devido à falta da relação entre diversidade, identidade e coexistência dos diferentes sujeitos e interesses.

Todas as formas de apropriação apresentadas até aqui mostram que poucas mudanças foram observadas nas formas de apropriação. As principais são as assessorias esportivas, o *slackline* e o Yoga no Parque, que nas pesquisas anteriores (RECHIA, 2003; OLIVEIRA, 2009) não foram mencionadas.

Essas novas práticas mostram o poder hegemônico global sendo representado no parque de forma local (SANTOS, 2008), visto que são práticas que estão passando por um processo de massificação a partir de sua veiculação na mídia. Dessa forma, infere-se que essas formas de apropriação não têm relação direta com a concessão e suas mudanças estruturais. O parque está potencializado em suas formas de apropriação, mas tem relação com um movimento maior, relacionado à indústria cultural²³ e às tendências de práticas corporais.

Percebe-se também que o público do parque não tem opções de oferta de práticas corporais gratuitas a partir de propostas do poder público e que isso gera brechas para que empresas como as assessorias esportivas inovem em serviços nessa área.

E para a existência de todas as práticas descritas anteriormente são necessários os espaços e equipamentos, tanto os que sugerem as práticas corporais quanto os que colaboram para a permanência nesses locais.

6.4 OS EQUIPAMENTOS DO PARQUE BARIGUI

A partir das Normas ABNT (NBR 9283), mobiliário urbano é considerado “[...] todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p. 1). A partir desse documento, o mobiliário urbano é dividido nas seguintes categorias: (1) circulação e transporte; (2) cultura e religião; (3) esporte e lazer; (4) infraestrutura; (5) sistema de comunicações; (6) sistema de energia; (7) sistema de iluminação pública; (8) sistema de saneamento; (9) segurança pública e proteção; (10) abrigo; (11) comércio; (12) informação e comunicação visual; (13) ornamentação da paisagem e ambientação

²³ “Conjunto de bens culturais, difundidos pelos meios de comunicação de massa, impondo formas universalizantes de comportamento e consumo” (FREITAS *et al.*, 2004, p. 112).

urbana. Não é o intuito dessa pesquisa destrinchar todos os modelos de cada categoria de mobiliário urbano, mas sim investigar as condições, barreiras e possibilidades dos elementos que podem influenciar diretamente a apropriação do parque pelos usuários.

Dessa forma, os equipamentos do Parque Barigui foram divididos em duas categorias: os equipamentos que colaboram para a organização do ambiente e que dão suporte para a relação que o usuário estabelece com o espaço, assim como possibilitam o conforto para que os usuários permaneçam no parque (como sanitários, bebedouros e lixeiras); e os equipamentos para as práticas corporais que possibilitam a diversidade de formas de uso.

6.4.1 Equipamentos que dão suporte para a permanência do usuário no parque

Acredita-se que estudar esses equipamentos é importante pois eles podem fornecer condições que garantam a permanência do usuário no parque, qualificam (ou desqualificam) o ambiente e podem contribuir para a sensação de segurança e cuidado com os usuários.

Em relação aos sanitários, constatou-se que o Parque Barigui possui dois banheiros, sendo um público e outro privado (é administrado pela URBS e o usuário deve pagar R\$ 0,50 para utilizar). Percebe-se que mesmo sendo mantidos de formas diferentes os dois banheiros possuem os mesmos elementos na sua composição.

FIGURA 12 - ENTRADA DO BANHEIRO PRIVADO



Fonte: A autora, 2013.

Ao observar as condições de limpeza e manutenção, os dois banheiros apresentam problemas como mau cheiro, falta de papel higiênico, móveis

estragados e falta de limpeza. Esses problemas se agravam quando se trata dos finais de semana, em que o parque fica cheio de usuários e os banheiros não dão conta dessa demanda. Essa situação registrada em diário de campo também foi alvo de críticas dos usuários:

Com relação à manutenção dos banheiros é uma vergonha esse parque. Um deles, administrado pela prefeitura, onde os cobradores de ônibus são as pessoas responsáveis pela cobrança de R\$ 0,50 para você utilizar um toalete que é horroroso, que é de péssima qualidade e de manutenção. E o outro que é público, aberto, não tem tampa nos vasos, não tem o papel higiênico, não tem papel toalha, não tem o sabonete, não tem absolutamente nada de higiene pessoal (Entrevistado 1).

É muito descuido com o banheiro, sempre que eu vou (fim de semana) está sujo (Entrevistada 12).

Outro problema visualizado pelos usuários é o horário de funcionamento dos banheiros, que é das 08 horas às 18 horas:

É um horário que limita demais a prática esportiva porque todo mundo que trabalha não consegue vir às 8 horas da manhã para o parque. Vem normalmente às 6, 5 horas da manhã, um horário de uma prática principalmente de pessoas de mais idade e aí eles não têm um banheiro para utilizar (Entrevistado 1).

FIGURA 13 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO BANHEIRO PÚBLICO



Fonte: A autora, 2013.

Além disso, nenhum dos dois banheiros possui adaptações para pessoas com deficiência. Essa questão foi levantada por apenas uma entrevistada, que tem uma filha cadeirante:

Adoramos ficar no parque, mas na nossa situação fica complicado. Minha filha não tem autonomia nesse espaço (Entrevistada 15).

Constata-se assim que banheiros em pouca quantidade, com barreiras de acessibilidade, com falta de manutenção e horário limitado de utilização podem dificultar a apropriação do Parque Barigui, pois podem impedir a permanência por um período mais longo no parque.

No decorrer das observações, percebeu-se que o parque conta com dois modelos de lixeiras em sua extensão: um modelo verde com separação entre lixo orgânico e não orgânico na sua própria estrutura; e outro modelo, mais moderno e colorido, para cada tipo de lixo.

FIGURA 14 – MODELO DE LIXEIRA I



Fonte: A autora, 2013.

FIGURA 15 – MODELO DE LIXEIRA II



Fonte: A autora, 2013.

Em relação aos dois modelos, percebe-se que o modelo II é mais novo e possibilita melhor acondicionamento do lixo. No entanto, esse modelo não é o mais presente no parque. O modelo I é mais comum na extensão das pistas de corrida, caminhada e ciclovia compartilhada.

Um problema mencionado de forma recorrente pelos usuários é a sujeira e o número de lixeiras no parque:

As lixeiras são poucas, elas não têm manutenção, então isso é um problema porque no final de semana o parque fica muito sujo. Não podemos reclamar que o Parque Barigui por ser o principal parque de Curitiba, ele recebe uma manutenção do município. Ele tem as lixeiras, as poucas que têm são esvaziadas e tudo mais, ele tem assim uma manutenção básica. Mas poderia ser muito melhor, isso aqui poderia ser um parque de referência (Entrevistado 1).

Tem pouquíssimas lixeiras no parque. A gente tem que andar um monte pra jogar o lixo (Entrevistada 12).

É muita garrafa quebrada, muita sujeira no parque. Falta educação do pessoal que vem aqui (Entrevistado 2).

As observações também reforçam que as lixeiras do parque não dão conta da demanda de lixo produzido pelos usuários, mas que há também um descuido de alguns usuários com a conservação do parque. Isso pode estar relacionado com a falta de educação para apropriação desses locais, o que se reflete em lixo em lugares indevidos, assim como práticas que impedem o uso de outros sujeitos.

Encontrou-se apenas 4 bebedouros situados nos dois banheiros do parque. Além do pequeno número desse mobiliário, também se deve destacar as suas precárias condições de conservação e manutenção, como reforçam os entrevistados:

Os bebedouros que existiam no parque foram retirados e trocaram por manilhas com uma torneira com água da rua. O que também para nós que corremos e precisamos de uma hidratação é muito inconveniente, porque ou você se sujeita a tomar água da torneira ou você não tem um ponto com filtro com água filtrada para essa hidratação durante a prática esportiva (Entrevistado 1).

Eu costumo comprar garrafinha de água com os ambulantes ou trago de casa. Não dá pra tomar água nesses bebedouros daqui (Entrevistada 9).

FIGURA 16 – BEBEDOURO



Fonte: A autora, 2013.

FIGURA 17 – BEBEDOURO



Fonte: A autora, 2013.

FIGURA 18 – PIA BEBEDOURO



Fonte: A autora, 2013.

Outro problema relacionado aos bebedouros é sua utilização por animais:

Você chega na torneira e vê um proprietário de um cão grande, de um fila e rottweiler bebendo água na torneira, lambendo aquela torneira, é uma coisa absurda (Entrevistado 1).

Nesse ponto há duas questões: (1) não existe nenhuma área destinada aos animais domésticos no parque, o que deveria existir visto o grande número de usuários com animais, principalmente nos fins de semana; (2) como no item das lixeiras, parece haver um descuido de alguns usuários com os equipamentos e pessoas no parque, pois a utilização direta das torneiras pelos animais pode impedir o uso de outras pessoas posteriormente.

O Parque Barigui possui vários tipos de placas, a maioria de localização, sinalização e algumas de alerta, como podemos ver nas figuras a seguir:

FIGURA 19 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Fonte: A autora, 2013.

FIGURA 20 – PLACAS DE SINALIZAÇÃO DAS PISTAS



Fonte: A autora, 2013.

FIGURA 21 – PLACA DE ALERTA



Fonte: A autora, 2013.

Em relação às placas de sinalização das pistas, percebeu-se que muitos usuários não respeitam a delimitação e utilizam as pistas de forma inadequada, o que gera situações conflituosas em alguns momentos, como é descrito em um trecho do diário de campo:

Quatro mulheres andavam na ciclovia (possivelmente pela “lotação” que havia na pista de caminhada) até que um ciclista (devidamente equipado e com um menino de cerca de 5 anos na garupa) aproximou-se do quarteto pela ciclovia. Fez sinal (“bi bi”, “com licença”, “bicicleta passando”) que estava se aproximando para que as mulheres se afastassem. No entanto, apenas duas se afastaram e as outras duas ficaram paradas no meio da ciclovia. O homem teve que fazer uma parada abrupta o que ocasionou em uma leve colisão com uma das mulheres e nesse momento iniciou uma breve discussão. O homem se enfureceu e falou de forma grosseira que as mulheres não deveriam estar naquele lugar e elas também o responderam de forma grosseira (Diário de campo, sábado, 26/10/2013).

A criação das três pistas foi uma das obras realizadas pelo consórcio do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui e consistiu basicamente na elaboração das três pistas e instalação de diversas placas indicativas da finalidade de cada pista. Não houve nenhum tipo de projeto educativo para o uso desses locais, o que dificulta a ressignificação dos mesmos. Sendo assim, percebe-se que apenas a mudança das pistas e placas não é suficiente para seu uso “correto”.

O parque apresenta um tipo prioritário de assento: o banco tradicional de madeira, “de praça”, com encosto para as costas.

FIGURA 22 – BANCO TRADICIONAL



Fonte: A autora, 2013.

De acordo com Gehl (2013), mudanças simples em relação aos bancos, como melhorias estéticas e posicionamento com a melhor visão da vida na cidade podem mudar os padrões de uso de forma significativa, pois poderão gerar seu uso com mais frequência.

Um aspecto que se tornou mais estudado nos últimos dez anos é a acessibilidade, que pode qualificar os espaços e equipamentos e garantir o seu acesso a todos.

O direito à acessibilidade dos espaços da cidade é garantido por lei desde 2004. A legislação brasileira, por meio do Decreto n. 5.296/04, determinou que todo projeto de construção deveria atender às normas de acessibilidade, já as edificações existentes tinham prazo para realizarem as adaptações até os anos de 2007 e 2008 (CASSAPIAN, 2010), no entanto, não se percebeu tais adaptações em diversos locais do Parque Barigui.

A partir das observações, notou-se a existência de alguns elementos de acessibilidade no parque, como passagem do estacionamento central do parque para o Salão de Atos exclusivo para cadeirantes, vagas no estacionamento exclusivas para deficientes, piso tátil e rampa na área do Pavilhão de Eventos.

FIGURA 23 – PISO TÁTIL PRÓXIMO AO PAVILHÃO DE EVENTOS



Fonte: A autora, 2013.

Entretanto, nenhum dos banheiros disponíveis no parque está de acordo com as normas da ABNT em relação à acessibilidade. Entende-se que “um espaço público deve considerar a diversidade de seus usuários, garantindo a todos a acessibilidade por meio do acesso à informação, deslocamento, uso de equipamentos e comunicação” (MORO, 2012, p. 72).

Além disso, a partir das observações percebeu-se que muitos usuários utilizam os espaços de forma inadequada, como utilizar as vagas destinadas a deficientes, obstruir passagens para cadeirantes, entre outras irregularidades. Ações como essas podem se caracterizar como barreiras atitudinais²⁴ para a acessibilidade (CASSAPIAN, 2011). De acordo com Serpa (2007, p. 16), “a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, *shopping centers* e prédios públicos”.

Acredita-se que os tipos de mobiliário urbano estudados até aqui influenciam a escolha das pessoas sobre a utilização o Parque Barigui. Sendo assim, se bem planejados, poderão contribuir e melhorar as experiências dos sujeitos, pois

²⁴ Existem três tipos de barreiras que dificultam a locomoção nas cidades pelas pessoas com deficiência: barreiras atitudinais, que estão relacionadas ao preconceito com as pessoas diferentes; barreiras físicas, encontradas nos espaços, edifícios e transportes, e barreiras de informação, que dificultam a comunicação entre as pessoas e o uso dos equipamentos urbanos (CASSAPIAN, 2011, p. 32).

possibilitarão maior diversidade de usos, segurança e um convívio social mais harmonioso.

Essa análise descritiva desses equipamentos do Parque Barigui é relevante para mostrar que, nas pesquisas anteriores realizadas nesse local (RECHIA, 2003; OLIVEIRA, 2009), esses mesmos equipamentos já existiam e continuam com as mesmas condições de limpeza e manutenção. Infere-se assim que, com o recurso investido na concessão, que é de 25 anos, poderia haver melhoramentos, além da implantação de equipamentos novos e mais funcionais.

6.4.2 Equipamentos para práticas corporais no Parque Barigui

O Parque Barigui conta com os seguintes equipamentos públicos para práticas corporais: 2 academias ao ar livre, 1 parque infantil, 2 áreas de ginástica, pista de aerodelismo, pista de patinação, 3 quadras de futsal, 2 canchas de areia, 1 quadra poliesportiva, pista de caminhada, pista de corrida e ciclovia compartilhada. A respeito desses locais, dois merecem destaque pelo número de usuários que permanecem no seu perímetro e a grande diversidade de usos: as academias ao ar livre e o parque infantil.

A implantação das academias ao ar livre em Curitiba teve início em 2009, sendo a primeira instalada no Parque Barigui. Atualmente existem 134 academias ao ar livre implantadas em espaços públicos da cidade²⁵, sendo que 2 estão no Parque Barigui.

Essas academias são descritas pela prefeitura como equipamentos que visam melhorar a condição física, qualidade de vida e saúde das pessoas. Os equipamentos não possuem peso, utilizam a força do corpo para exercícios de musculação e alongamento, criando resistência e gerando benefícios personalizados independentemente da idade, peso e sexo. São indicadas para maiores de 12 anos e especialmente para pessoas da terceira idade (CURITIBA, 2012).

²⁵ Academias ao ar livre implantadas até 20/01/2014 -
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/academia-ao-ar-livre-smelj/144>>

FIGURA 24 – ACADEMIA AO AR LIVRE NO PARQUE BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

Assim como todas as academias ao ar livre de Curitiba, as duas do Barigui possuem os mesmos aparelhos e as mesmas cores. De acordo com Maranhão (2013, p. 58), “a colocação de inúmeras academias ao ar livre em diversos municípios do Brasil, inclusive em Curitiba, demonstra a tendência à homogeneização da paisagem por meio da instalação desses equipamentos”.

Entende-se com isso que o poder público parece entender que os sujeitos dos diferentes espaços da cidade anseiam e necessitam dos mesmos equipamentos. No entanto, percebe-se uma “diferença de tratamento dado aos parques da cidade que variam de acordo com a região onde estão instalados: para os parques mais centrais um sistema de manutenção constante, para os mais afastados um sistema de manutenção anual” (MORO, 2012, p. 93).

Durante as observações, percebeu-se que esse espaço é utilizado prioritariamente por idosos (homens e mulheres), mulheres adultas e crianças com menos de 12 anos e que grande parte dos usuários desse espaço não busca se informar pelo painel de orientações sobre como utilizar cada aparelho. Isso pode resultar em erros na execução dos exercícios e possivelmente em lesões. E ainda existem usuários que prestam atenção às orientações e mesmo assim executam alguns movimentos de forma incorreta.

Um local como esse, que possui muitos usuários realizando suas práticas corporais quase diariamente, seria um local privilegiado para o trabalho de um professor de Educação Física, pois este poderia ensinar, corrigir e motivar as práticas corporais dos usuários, assim como potencializar as relações sociais e ambientais no parque. Um entrevistado de 65 anos, usuário da academia ao ar livre, notou a falta de professores de Educação Física nesse local:

Acho que vocês (professores de Educação Física) deveriam estar aqui no parque e orientar a gente. Esse painel não ajuda muito (Entrevistado 2).

Outro fato observado foi a presença de “painéis de publicidade” dentro do espaço da academia ao ar livre ou próximos a ele. A figura a seguir mostra um desses painéis, parte dele contém as orientações para utilização dos equipamentos da academia ao ar livre e outra parte tem a publicidade de uma marca de café:

FIGURA 25 - PAINEL DE ORIENTAÇÕES DA ACADEMIA AO AR LIVRE DO PARQUE BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

Ao buscar informações sobre isso (CURITIBA, 2014), descobriu-se que as academias ao ar livre foram colocadas por meio de uma parceria entre a Prefeitura de Curitiba e a empresa Assix Publicidade, que venceu o chamamento público. Durante cinco anos, a empresa vai ser a responsável pela implantação, manutenção, conservação e produção de material gráfico (placas e folhetos) das academias.

No entanto não é mencionado nada a respeito da publicidade de outras marcas. Sugere-se que outros estudos investiguem com mais profundidade essas questões.

Dessa forma, percebe-se que o espaço público cada vez mais é espaço da publicidade, das marcas e dos elementos de consumo.

FIGURA 26 – PARQUE INFANTIL DO PARQUE BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

O Parque Barigui conta com apenas um parque infantil em toda sua extensão e este se localiza na porção menos utilizada do parque. Um dado interessante do trabalho de Moro (2012) é que não existem bases científicas que norteiem o trabalho dos profissionais responsáveis pela criação e manutenção dos equipamentos dos parques infantis em parques e praças de Curitiba, a não ser aquelas de cunho técnico estabelecidas pelas Normas da ABNT. Isso é confirmado nesse trecho da entrevista realizada por Moro (2012, p. 92):

[...] alguns modelos de brinquedos são os mesmos há trezentos anos e não mudam na intenção de preservar a história do local [...] os modelos novos são idealizados pela nossa equipe baseados nas normas da ABNT e no que achamos que seja interessante para uma criança.

A autora defende que se tenha uma equipe com profissionais de várias áreas, dialogando constantemente para planejar os espaços e brinquedos dos parques infantis, assim como a participação de pais, crianças e demais interessados no assunto. Assim, baseados nas produções científicas e no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre tal temática, busquem o planejamento e a implantação de espaços e brinquedos significativos para as crianças.

Outra constatação da pesquisa de Moro (2012) é que nenhum dos parques infantis pesquisados, entre eles o parque infantil do Parque Barigui, apresenta brinquedos adaptados, o que contradiz a lei n.º 11.982/09 de abrangência nacional, que garante que os brinquedos e equipamentos dos parques públicos ou privados deverão ser adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em ao menos 5% de cada brinquedo.

A impressão que se tem é que o parque infantil, como se constitui hoje no Parque Barigui, está “ultrapassado” para algumas faixas etárias. As crianças com mais de 6 anos, por exemplo, preferem brincar na academia ao ar livre.

Provavelmente pelos aparelhos possibilitarem mais movimento e estarem em melhores condições de conservação.

Infere-se assim que se a concessão levou em conta os “anseios dos usuários”, ela poderia ter revitalizado o parque infantil, já que apresenta condições de manutenção e inovação pouco satisfatórias e já foi alvo de reivindicações de usuários em outras pesquisas (MORO, 2012).

Entende-se que, a partir da concessão, os problemas abordados até aqui poderiam ter sido solucionados. No entanto observou-se que, além de não superar alguns problemas, a concessão ainda foi responsável pela criação de novos. A não observação dos problemas anteriores do parque - e a criação de novos problemas, sob uma promessa de melhoria das condições dos espaços e o atendimento aos anseios da população sugerem a ocorrência de uma “maquiagem” do Parque Barigui, que será discutida no próximo item.

6.5 A “MAQUIAGEM” DO PARQUE BARIGUI A PARTIR DA PRIVATIZAÇÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE

O termo “maquiagem” é aqui entendido como disfarce de imperfeições. No caso dessa pesquisa, esse termo veio à tona a partir da fala de dois entrevistados:

*O que a gente percebe, é que não está tendo esse retorno para o próprio parque dessa obra que foi feita aqui. Isso é visível, foi feito uma **maquiagem** (Entrevistada 9).*

*Como usuário do parque eu condeno muito essas obras que foram feitas e que não trouxeram a solução para o parque, foi uma **maquiagem** que fizeram para dar uma concessão de mais 20 anos para exploração comercial de um espaço (Entrevistado 1).*

É interessante ressaltar que apenas esses dois entrevistados sabiam da concessão do Pavilhão de Eventos, os outros entrevistados ficaram sabendo durante a entrevista e esboçaram diferentes reações como:

Acho que é bom para o parque, está mais bonito. [...] Ficou muito bonita aquela ponte ali embaixo (Entrevistado 2).

Se você não me contasse acho que eu nunca saberia [...] Não concordo com esse tipo de coisa, a gente paga impostos para isso também (manutenção do parque) [...] Esse governo é uma vergonha mesmo, nem o parque (Barigui) consegue manter (Entrevistado 16).

Percebe-se assim que os usuários que frequentam o parque continuamente conseguem perceber que os verdadeiros problemas do parque não foram solucionados:

Existiu uma promessa da reforma dos banheiros, nós estamos indo para dois anos e os banheiros estão este lixo. Os administradores estão priorizando os seus eventos pessoais, com ingressos relativamente caros, muitas vezes em feiras e tudo mais, e não aplicando isso numa reforma básica, por exemplo, dos dois banheiros que abastecem o parque (Entrevistado 1).

Como já foi descrito nos tópicos anteriores, alguns problemas permanecem, mesmo com as promessas de melhorias. A melhora da manutenção, limpeza e do número de banheiros, por exemplo, não foi atendida, mesmo sendo um anseio antigo e básico dos usuários.

De qualquer forma, os entrevistados veem pontos positivos na concessão, principalmente em relação à estrutura do Pavilhão de Eventos:

Agora sem dúvida, o pavilhão deu uma nova cara para o parque, é uma obra moderna, foi feita do zero, desmancharam aquela estrutura antiga e cheia de goteiras que existia. Construíram um belíssimo pavilhão, nós

temos um pavilhão bonito na cidade, ele acrescentou ao parque, eles têm esse cuidado com a arborização, com as flores em volta do seu pavilhão (Entrevistado 1).

Ficou muito bom aquele pavilhão. É muito bonito e tem uma pequena praça de alimentação que antes não tinha, aí tem umas comidas de mais qualidade (Entrevistado 2).

FIGURA 27 – PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE BARIGUI



Fonte: A autora, 2013.

Na pequena praça de alimentação mencionada existem atualmente duas franquias que também existem em shoppings, com preços inacessíveis para muitos cidadãos da cidade e que frequentam o Parque Barigui. Observa-se que os pontos positivos mencionados pelos entrevistados só são possíveis de serem vivenciados por usuários com maior poder aquisitivo, a população com menor poder aquisitivo só pode “contemplar de fora”.

Em relação aos benefícios da concessão para os usuários, entrevistado e gestor possuem opiniões divergentes:

Eu ainda não vi retorno para os usuários do parque desse pavilhão e, sim um retorno financeiro para os próprios (concessionários), porque quem vem nas exposições, tanto o expositor quanto o seu público, não é o frequentador do Parque Barigui. Então esse pavilhão poderia estar perfeitamente instalado em qualquer outra região de Curitiba, e não dentro de um parque (Entrevistado 1).

A população ganhou um novo espaço de lazer e entretenimento e ainda uma praça de alimentação ao lado do pavilhão que não existia anteriormente, sem contar o lindo jardim florido ao lado do prédio, o chafariz em frente e a cascata da passagem subterrânea da Rua Candido Hartmann, que vem se tornando um novo atrativo turístico da cidade. Quanto a desvantagens, não consigo perceber no momento (Responsável Urbs).

FIGURA 28 – PISTAS DE CAMINHADA/CORRIDA E CICLOVIA ANTES DA CONCESSÃO



Fonte: Curitiba Antiga, 2013.

FIGURA 29 – PISTAS DE CAMINHADA, CORRIDA E CICLOVIA DEPOIS DA CONCESSÃO



Fonte: A autora, 2013.

FIGURA 30 – FACHADA DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE BARIGUI ANTES DA CONCESSÃO



Fonte: Campana, 2010.

FIGURA 31 – FACHADA DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO PARQUE BARIGUI DEPOIS DA CONCESSÃO



Fonte: Urbs, 2013.

Dessa forma, os benefícios apresentados pelo gestor não são observados pelo usuário, que quer mais do que mudanças estéticas no parque. É importante entender aqui que a estética do lugar não é luxo, mas como aponta Borja (2003), trata-se de justiça democrática. Assim, é importante investir na beleza do lugar para proporcionar o uso de forma mais agradável pelo cidadão. Entretanto, alguns locais como o Parque Barigui sofrem de necessidades fundamentais não sanadas pelo poder público, como foi citado no caso dos banheiros e bebedouros. Outras necessidades estão relacionadas à diversificação e implantação de mais equipamentos para práticas corporais, as diferentes faixas etárias e condições físicas. Acredita-se que essas questões deveriam ter prioridade no investimento de recursos.

Percebe-se também que a concessão pode não ter proporcionado maior possibilidade de escolha, já que dos usuários entrevistados nenhum conhece o novo Pavilhão de Eventos.

Outra questão importante é que o concessionário parece entender o pavilhão de eventos como algo sem conexão com o parque, como mostra um dos entrevistados:

Nós procuramos aqui a administração do pavilhão de exposições buscando apoio para os nossos eventos e não recebemos. Então nem esse tipo de comprometimento que poderia existir de um grupo financeiro forte que explora comercialmente o seu parque, que seria apoiar os próprios eventos dentro do parque, eles não existem (Entrevistado 1).

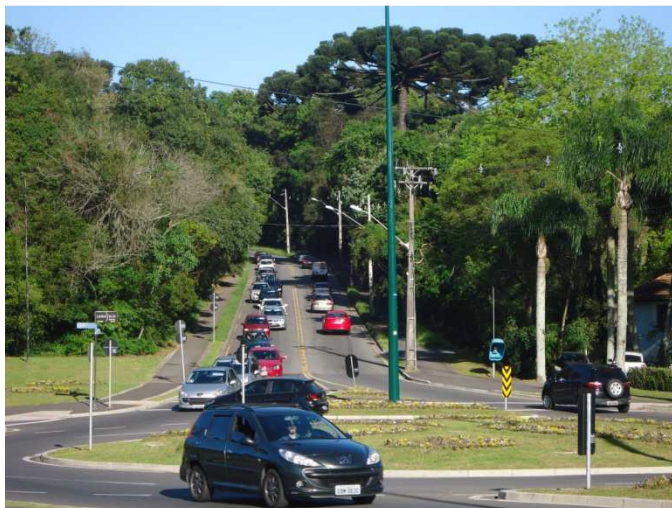
Dessa forma, a ideia da “maquiagem” por trás das mudanças no parque pelo concessionário aparece novamente:

Ele tem que ter a contrapartida, ele tem que melhorar. E não é isso, maquiando, cortando pistas largas, transformando elas em três pistinhas estreitas que você demonstra que está tendo carinho ao parque. Então o parque que era bem servido de pistas, acabou tendo essa divisão das pistas de corrida, caminhada ou bicicleta, mas de uma forma um pouco engraçada porque as pistas foram cortadas, foram criados pequenos canteiros no meio tentando fazer uma separação para “inglês” ver, mas na verdade de pouca solução técnica (Entrevistado 1).

Além da permanência dos problemas antigos, a concessão do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui gerou novos problemas como o congestionamento devido à rotatória (Figura 27) e o alagamento da passagem subterrânea para pedestres em dias com chuva intensa (Figura 28):

Nos finais de semana e nos horários de pico ele gera um grande transtorno porque é um congestionamento, uma rua que gera um grande volume de carros, o que já está errado porque pela distribuição do bairro, talvez o departamento de urbanismo deveria estudar um pouco mais, como evitar o corte do parque nesse fluxo tão grande e tão intenso de automóveis que é o da Candido Hartmann. Então a Candido Hartmann virou uma via importantíssima de vazão para Santa Felicidade, para o bairro Santo Inácio, então ele tem um fluxo muito intenso de carros cortando o parque. Então o parque sofre demais com isso.

FIGURA 32 – CONGESTIONAMENTO NA ROTATÓRIA DA AV. CANDIDO HARTMANN



Fonte: A autora, 2013.

Outro problema que ocorreu após as obras da concessão foi o alagamento da passarela subterrânea. Como se pode ver pelas imagens a seguir, a passarela fica submersa em dias com grande volume de chuva. Isso se agrava pelo fato de

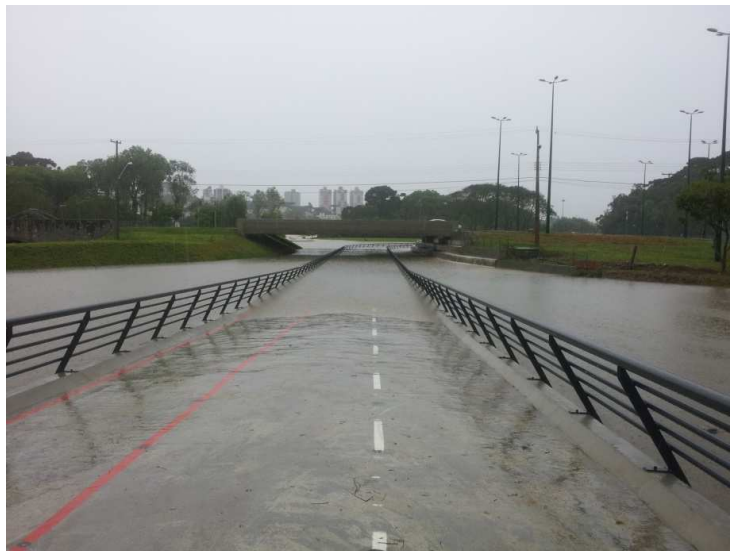
Curitiba ter um clima inconstante. Ou seja, em boa parte do ano a passarela não pode ser utilizada pois está alagada.

FIGURA 33 – PASSARELA SUBMERSA



Fonte: Amigos do Parque Barigui, 2012.

FIGURA 34 – PASSARELA SUBMERSA



Fonte: Amigos do Parque Barigui, 2012.

Entende-se que a verba utilizada para essas obras, que geraram problemas para os usuários e moradores da região, poderia ter sido investida em outras melhorias para o parque, mais de acordo com as necessidades dos usuários.

A partir de todos esses dados, percebe-se que as obras de contrapartida do concessionário podem ter deixado a paisagem do parque mais bonita e harmônica. No entanto, encobriu problemas existentes e gerou novos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a concessão do Pavilhão de Eventos do Parque Barigui realizou as obras que havia se comprometido a fazer no contrato, como a construção de um novo pavilhão de eventos, revitalização das pistas existentes, construção de uma trincheira na Avenida Candido Hartmann e uma passarela subterrânea para pedestres.

Entretanto, percebe-se que essas obras não se caracterizavam como prioridades no ponto de vista dos usuários do parque. Embora a beleza do lugar, não seja um luxo, mas um direito indispensável para haver a justiça democrática (BORJA, 2003), as modificações estão relacionadas mais à estética do que à funcionalidade do espaço, o que não resolveu problemas básicos do parque, como precariedade dos equipamentos que dão suporte para a permanência no local.

Apesar do gestor da Urbs, responsável pela concessão, afirmar que a mesma levou em conta os anseios dos usuários, percebe-se que isso não foi efetivo. Esse fato pode ter impossibilitado melhoras nas formas de uso, visto que era uma oportunidade em 25 anos de concessão.

Foi observada a falta de acesso qualificado para as práticas corporais, visto o exemplo das três pistas para caminhada, corrida e ciclovia que ficaram esteticamente, para alguns, bonitas, mas ineficazes, pois são estreitas para a demanda de usuários. No caso dos elementos de acessibilidade, verifica-se que os mesmos existem apenas na região do pavilhão, o que sugere que os outros locais do parque não são importantes para isso ou que as pessoas com deficiência não precisam ou não devem ir a esses lugares.

As pesquisas anteriores sobre o Parque Barigui (RECHIA, 2003; OLIVEIRA, 2009) mostram que grande parte das práticas que ocorrem hoje também ocorriam naquela época, assim como as condições dos seus equipamentos. Portanto, conclui-se que as modificações ocorridas “pós-concessão” não potencializaram as formas de apropriação e, em alguns momentos, criaram problemas para os usuários, como a passarela que fica submersa e dificulta a prática dos usuários que correm, caminham e que buscam conhecer o outro lado do parque. As novas práticas corporais presentes no parque (como as assessorias esportivas, o *slackline* e o projeto Yoga no Parque), também não são decorrentes das mudanças oferecidas pela concessão, mas sim de um movimento global que compreende a mídia e seus

reflexos na sociedade, as quais divulgam tais práticas, massificando-as e consequentemente podendo transformá-las em modismos passageiros.

Constata-se, assim, que as mudanças de infraestrutura geradas pela concessão não interferiram nas formas de apropriação do parque, principalmente no âmbito das práticas corporais.

Existe uma falta de alinhamento entre a oferta da concessão e a demanda dos usuários, pois os problemas destacados por estes não foram resolvidos. Isso se torna benéfico para os integrantes da concessão, visto que a maior parte dos usuários não reclama por seus direitos e o cidadão, como não participou do processo da concessão, não consegue cobrar, controlar e tampouco fiscalizar.

Percebe-se que privatizações como essa se tornam arriscadas para a população, principalmente para os sujeitos com menor poder aquisitivo, que podem ter cada vez menos acesso aos espaços públicos e bens culturais. A concessão não demonstra ter interesse em fazer melhorias para o usuário, mas sim aumentar o seu lucro a partir da imagem e da estética do parque.

Entretanto, privatizações como essa poderiam trazer benefícios para a cidade se fossem desenvolvidas **para** a cidade, e não somente para os interesses dos concessionários. É necessário que haja critérios mais claros para a efetivação dessas concessões e que exista uma grande divulgação e participação popular.

Dessa forma, entende-se, a partir das entrevistas e observações, que as obras realizadas pela concessão foram uma maquiagem somente de alguns elementos problemáticos do ambiente e que serviram basicamente para vender a “boa imagem” do Parque Barigui de Curitiba, e, em segundo plano, agradar os cidadãos e fazê-los se sentirem “cuidados”. Os usuários que permanecem mais tempo no parque percebem esse fato e uma minoria busca protestar contra isso por meio de associações, reclamações formais para a prefeitura ou publicações em redes sociais.

No entanto, reclamações em relação aos espaços públicos de lazer parecem ainda não ter tanta força frente às outras adversidades existentes no cotidiano, como saúde e educação precárias, que geralmente são vistas como mais importantes. Essa questão incita a problemática do fenômeno do lazer ainda não ser reconhecido e efetivado como um direito social. No entanto acredita-se que esse direito está ao lado e não abaixo de outros direitos como saúde e educação. Essa falta de reconhecimento é exemplificada na fala de alguns usuários entrevistados que, em

alguns momentos, demonstraram uma certa ingenuidade, falta de conhecimento sobre a conexão entre a concessão e os espaços de lazer, assim como falta de criticidade sobre o assunto.

A Constituição Federal, que institui o lazer como direito social, faz 25 anos em 2014, sua publicação ainda é jovem, talvez por isso haja a dificuldade em se reconhecer e efetivar tal direito. De qualquer forma, isso não impede que haja luta para sua efetivação e conscientização da população.

Acredita-se que um dos meios para alterar essa ideia seja por meio de uma educação para o lazer, que possa gerar o desenvolvimento da sensibilidade dos sujeitos para o cuidado e apropriação dos espaços públicos, assim como o entendimento da importância do tempo e espaço de lazer para desenvolvimento pessoal e coletivo.

Entende-se que o ato de se apropriar do espaço e dos equipamentos do Parque Barigui significa “pertencer e participar das práticas sociais” (SMOLKA, 2000, p. 37). Nesse sentido, o entendimento por parte dos usuários das implicações de privatizações como a descrita nesse trabalho é fundamental para o processo de pertencimento e participação das práticas sociais na cidade.

Para apoiar esse entendimento, destaca-se também a necessidade de uma atuação mais intensa de órgãos da prefeitura, como a secretaria responsável pelas políticas públicas de lazer (SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude), que potencializem o planejamento, manutenção e gestão dos espaços e equipamentos para as práticas corporais, nos parques da cidade. Pois se percebe que a área da Educação Física, principal responsável para dinamizar tal proposta, ainda não conseguiu materializá-la de forma gratuita e para todos.

Conclui-se assim que as possíveis consequências da concessão para apropriação do Parque Barigui estão relacionadas à não qualificação dos equipamentos do parque por essa concessão; a criação de problemas de mobilidade para os usuários (como a rotatória que fica congestionada nos horários de pico e a passarela subterrânea que alaga com as chuvas); e a dificuldade de acesso de muitos usuários às feiras promovidas pelo Pavilhão de Eventos do parque por conta dos altos preços de seus ingressos.

Sugere-se para futuros estudos o acompanhamento dos processos de privatizações dos espaços públicos por períodos de tempo mais longos e a comparação entre diversos locais, os quais possam gerar diagnósticos mais

aprofundados das implicações dessas negociações entre poder público e iniciativa privada, no que tange à gestão dos espaços públicos das cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9283: Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

AMIGOS DO PARQUE BARIGUI. **Prostituição no Parque Barigui**. 25 jan. 2009. Disponível em: <<http://amigosdoparquebarigui.blogspot.com.br/2009/01/prostituicao-no-parque-barigui-vamos.html>> Acesso em: 28/12/2013.

ATCC. **Associação dos Técnicos de Corrida de Curitiba**. 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://atccuritiba.blogspot.com.br/>> Acesso em: 28/12/2013.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm> Acesso em: 19 maio 2013.

CAMPANA, F. **Urbs abre licitação para exploração do Pavilhão de Eventos do Barigui**. 28 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2010/12/urbs-abre-licitacao-para-exploracao-do-pavilhao-de-eventos-do-barigui/>> Acesso em: 24/11/2013.

CASSAPIAN, M. R. **Da cidade planejada ao lazer para todos: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo "A união faz a força"**. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

COSTA, J. H. Parceria público-privada na gestão municipal do lazer: encontros e desencontros na “Praça da Criança” na cidade de Mossoró/RN. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 112, set. 2010.

CURITIBA, Agência de Notícias da Prefeitura de. **Urbs abre licitação para exploração do Pavilhão de Eventos do Barigui**. 28. dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/urbs-abre-licitacao-para-exploracao-do-pavilhao-de-eventos-do-barigui/21530>> Acesso em: 24/05/2013.

CURITIBA, Agência de Notícias da Prefeitura de. **Exercite o corpo e a mente nas Academias ao Ar livre.** 18. dez. 2012. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/exercite-o-corpo-e-a-mente-nas-academias-ao-ar-livre/26235>> Acesso em: 24/05/2013.

CURITIBA, Portal da Prefeitura de. **Parques e Bosques: Parque Barigui.** <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui-secretaria-municipal-do-meio-ambiente/292>> Acesso em: 18/04/2013.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2007.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **População aprova novas academias em parques e praças.** Disponível em: <<http://pref-curitiba.jusbrasil.com.br/politica/4706373/populacao-aprova-novas-academias-em-parques-e-pracas>> Acesso em: 19/01/2014.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Termo de contrato de concessão onerosa de uso e exploração de bem público precedida de obra que entre si celebram, URBS – Urbanização de Curitiba S.A. e Consórcio Positivo J. Malucelli.** Contrato nº 002/2011. Curitiba: 2011.

CURITIBA ANTIGA. **Parque Barigui de Curitiba inaugurado em 1972.** Disponível em: <<http://www.curitibaantiga.com/nostalgia/Parque-Barigui.html>> Acesso em: 22/11/2013.

DIÁRIO URBANO. **Curitiba em desenho (parte II).** Disponível: <<http://diariourbano.com.br/page/44/>> Acesso em: 28/12/2013.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração Pública.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** 3. ed. Perspectiva: São Paulo, 2008.

EXPO RENAULT BARIGUI. **Infraestrutura.** Disponível em: <<http://exporenaultbarigui.com.br/secao/181/infraestrutura.aspx>> Acesso em: 28/12/2013.

EXPO RENAULT BARIGUI. **Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://exporenaultbarigui.com.br/secao/900/sustentabilidade.aspx>> Acesso em: 28/12/2013.

FADUL, E. M. C. Redefinição de Espaços e Papéis na Gestão de Serviços Públicos: Fronteiras e Funções da Regulação Social. **Revista de Administração Contemporânea**, v.1, n.1, p. 55-70, jan./abr. 1997.

FREITAS, R. F.; HELAL, R.; PIZZI, F. Indústria cultural. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.112-116.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2008.

GABRIELLE, Paula. Assessoria esportiva: uma maneira de se treinar com mais segurança e foco. **Globo Esporte**, 19 nov. 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/atletismo/corrida-de-rua/noticia/2011/11/assessoria-esportiva-uma-maneira-de-se-treinar-com-mais-seguranca-e-foco.html>>

GAZETA DO POVO. **Operação multa 48 e recolhe 14 veículos em fiscalização no Parque Barigui**. 28 out. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1420529>> Acesso em: 28/12/2013.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. L.. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GOMES, C. L. Lazer – concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, P. C. da C.. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 23.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012

JACOBS, J.. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KURACHI, N. K. **A parceria público-privada como instrumento efetivo do desenvolvimento econômico e social**. 204f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Marília, Marília, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. A. F. P. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 159-174, 2011.

LUCHIARI, M. T. A categoria espaço na teoria social. **Revista Temáticas**, Campinas, jan./jun. p. 191-238, 1996.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARANHO, M. C. A qualidade de vida nos ambientes urbanos: parques e academias ao ar livre no município de Curitiba. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 46, p. 45-61, 2013.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: Opus, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1990.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASCARENHAS, F. Lazer e trabalho: Liberdade ainda que tardia. In: SEMINÁRIO "O LAZER EM DEBATE", 2, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2001, p. 81-93.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORO, L. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis**. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, M. P. **Práticas corporais em meio à natureza**: o caso do Parque Barigui - Curitiba-PR. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PEREIRA, Gislene. A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 3, p. 33-51, jan./jun. 2011.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. 189f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RECHIA, S. FRANÇA, R. O estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação!. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 61-74.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção primeiros passos)

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/WLRA, 2000. P. 179-184.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, E. A. P. C. **O lugar de lazer na cidade**: um espaço de diálogo e de vivências. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB, Recife, 2011.

SMOLKA, A. L. B. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Caderno Cedes**, v. 20, n. 50, abril 2000.

TOSIN, D. G. Lazer e qualidade de vida. In: KRUCHELSKI, S.; RAUCHBACH, R. (Orgs.). **Curitiba gestão nas cidades voltada à promoção da atividade física, esporte, saúde e lazer**: avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas e recreativas, na promoção de saúde e hábitos saudáveis da população curitibana. Curitiba: R Rauchbach, 2005. p. 21-39.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

URBS. **Centro de Eventos Barigui**. Disponível em: <<http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/comunidade/equipamento/pavilhao-parque-barigui>> Acesso em: 24/11/2013.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS USUÁRIOS I

Nº da entrevista: _____ Data: ____/____/____ Horário: _____

Local: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Nível de Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Há quanto tempo você frequenta o Parque Barigui?
 2. Quantos dias você costuma vir?
 3. Por que você escolheu o Parque Barigui para frequentar?
 4. Quando você frequenta este espaço, vem acompanhado? Se sim, por quem?
- Realizam as vivências de lazer ou atividade física juntos?
5. Você se encontra com alguma pessoa conhecida neste espaço?
 6. O que você geralmente costuma fazer aqui?
 7. Você acredita que frequentar este espaço é importante? Por quê?
 8. Este espaço é significativo para você? Por quê?
 9. Quais os motivos que levam você a frequentar este espaço?
 10. Comente as seguintes sentenças:
 - () O número alto de pessoas frequentando o parque
 - () A condição do espaço e dos equipamentos
 - () A falta de segurança
 - () A distância para sua residência
 - () A falta de opções para vivências de lazer ou práticas de atividade física.
 11. Você sente alguma diferença seja ela física ou emocional desde que começou a frequentar o Parque Barigui?
 12. Quais suas sugestões de melhoria para este espaço?
 13. Você percebeu mudanças estruturais do parque nos últimos 2 anos? Se sim, quais?
 14. Você percebeu mudanças de práticas de lazer dos indivíduos que frequentam o parque nos últimos 2 anos? Se sim, quais?
 15. Você ficou sabendo que em 2011 foi implantada uma concessão de direito de uso do Pavilhão de Eventos do Parque? Se sim, como?
 16. O que você pensa sobre esse modelo de parceria público-privada no Parque Barigui?

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS USUÁRIOS II

Nº da entrevista: _____ Data: ____/____/____ Horário: _____

Local: _____

Idade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Nível de Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Há quanto tempo você frequenta o Parque Barigui?
2. Quantos dias você costuma vir?
3. O que você geralmente costuma fazer aqui?
4. Quais os motivos que levam você a frequentar este espaço?
5. Existe algo que você não aprecia no Parque Barigui? Se sim, o quê?
6. E o que você mais aprecia aqui?
7. Quais suas sugestões de melhorias para este espaço?
8. Você percebeu mudanças estruturais do parque nos últimos 2 anos? Se sim, quais?
9. Você percebeu mudanças de práticas de lazer dos indivíduos que frequentam o parque nos últimos 2 anos? Se sim, quais?
10. Você ficou sabendo que em 2011 foi implantada uma concessão de direito de uso do Pavilhão de Eventos do Parque? Se sim, como?
11. O que você pensa sobre esse modelo de privatização no Parque Barigui?

APÊNDICE C**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES RESPONSÁVEIS PELA
CONCESSÃO**

Nº da entrevista: _____ Data: ____/____/____ Horário: _____

Local: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Nível de Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Quais foram os motivos para implantação da concessão de direito de uso no Pavilhão de Eventos do Parque Barigui?
2. Para você, quais as vantagens e desvantagens dessa concessão para a prefeitura?
3. Para você, quais as vantagens e desvantagens dessa concessão para os cidadãos curitibanos?
4. Para você, quais as vantagens e desvantagens dessa concessão para o parceiro privado?
5. Como foram decididas as ações de contrapartida do parceiro privado?
6. Foram elaborados critérios claros para as reformas e revitalizações? Se sim, quais?
7. Foi realizada uma fiscalização dessas ações por órgãos da prefeitura? Se sim, como foi realizada? Aconteceu alguma irregularidade ou atraso?
8. Qual o valor mensal do lucro repassado para prefeitura?
9. Caso saiba, essa quantia é utilizada para que fins?

APÊNDICE D

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

NOME DO ESPAÇO:

PERFIL

Caráter / Responsável: Órgão responsável pelo espaço (prefeitura, estado, privado, etc.).

Localização: Endereço completo.

Número de pessoas que atende: Média de público.

Data de Fundação: Data em que o espaço foi inaugurado.

Histórico: Resumo da história do local, o que tinha antes no lugar, porque se deu sua construção, reformas ocorridas, etc.

ACESSIBILIDADE

Espaço físico (adequação a portadores de necessidades especiais): Possibilidades de acesso a portadores de qualquer tipo de necessidades especiais em todos os espaços e equipamentos.

Meios de transporte: Facilidade ou dificuldade de se chegar ao local, quais os ônibus, vias de acesso, estacionamento, etc.

Valor: Se há cobrança de alguma taxa para a utilização de qualquer espaço ou equipamento e o valor cobrado.

Horário: Horário disponível para a utilização do público.

Tempo: Se o espaço fica disponível para a utilização todos os dias, somente durante a semana, só nos fins de semana ou apenas durante o período de férias.

DESCRIÇÃO

Área total: Quanto mede (m², hectares, alqueires, etc.) a área ocupada pelo espaço.

Equipamentos: Descrição detalhada e quantificação dos equipamentos disponíveis (exemplo: uma quadra poliesportiva de cimento, pintada de verde com linhas brancas, sem rede, em espaço aberto, sem grades ao redor e com 5 bancos de madeira em volta), e outras coisas que forem consideradas relevantes.

Materiais: Se existem materiais (bolas, redes, jogos, corda, etc.) disponíveis, quantidades e condições destes materiais.

Condições: Se o local é limpo, se há segurança, iluminação e manutenção dos equipamentos.

Banheiros: Se há banheiros, qual a quantidade, a localização e manutenção/limpeza.

APROPRIAÇÃO

Projetos: Se existem e quais são os projetos existentes no espaço (ONG's, projetos sociais, escolinhas, recreação, etc.).

Faixa etária / Sexo: Qual a faixa etária e o sexo que mais utiliza o espaço.

Formas de apropriação: Quais as práticas de lazer observadas no local.

Outras possibilidades de apropriação: Quais outras práticas poderiam ser realizadas no local.

USUÁRIOS

Idade / Sexo: Qual a idade e o sexo da pessoa entrevistada.

Residência: Qual o bairro em que a pessoa entrevistada mora.

Transporte: Qual meio de transporte é utilizado para chegar neste espaço.

Frequência: Qual a frequência com que o usuário utiliza o local.

Formas de apropriação: Quais os equipamentos e como ele utiliza o espaço.

Opinião sobre as condições: O que o usuário acha das condições do espaço/equipamentos.

Pontos positivos, negativos e sugestões: O que o usuário considera bom e ruim no local e quais as sugestões para a melhora do espaço.

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Talita Stresser de Assis e Simone Aparecida Rechia Ferreira, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você a participar do estudo intitulado “A relação entre o poder público e a iniciativa privada: influência na apropriação dos espaços e equipamentos de lazer do Parque Barigui em Curitiba-PR”.

O objetivo desta pesquisa é identificar como a parceria entre poder público e iniciativa privada na gestão do Parque Barigui pode influenciar a apropriação desse espaço por meio de práticas corporais. O trabalho propõe descrever como está a infraestrutura e manutenção nos espaços e equipamentos do Parque Barigui a partir das mudanças na gestão do parque; identificar as práticas corporais desenvolvidas atualmente e antes dessa mudança; analisar o que gestores e usuários pensam em relação às mudanças ocorridas no Parque Barigui; apontar as possíveis consequências e impactos dessa mudança de gestão.

a) Caso você participe da pesquisa, será necessário que responda a uma entrevista que terá duração de 10 (dez) minutos a 20 (vinte) minutos em momento e locais apropriados;

b) Você deverá comparecer no horário e local combinado da entrevista (poderá marcar no melhor local e horário para você);

c) Um risco relacionado ao estudo pode ser: ao discorrer sobre o Parque Barigui você poderá precisar falar sobre problemas relacionados a esse parque. No entanto, como percebemos em pesquisas anteriores, acreditamos que isso não trará riscos a você e será muito útil para diagnosticar os problemas e potencialidades do parque, assim como contribuirá para a melhora desse espaço;

d) O desenho da pesquisa não possibilitará a obtenção de resultados imediatos. De qualquer forma, os benefícios esperados com essa pesquisa são:

1 – Mostrar os impactos que a privatização do espaço público pode causar em termos de apropriação do espaço.

2 – Valorizar o lazer enquanto parte da cidadania, e especificamente a apropriação de espaços e equipamentos públicos de lazer.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____

Pesquisador Responsável _____

Orientador _____ Orientado _____

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR – CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

e) As pesquisadoras Talita Stresser de Assis, telefone: (41)3286-5783, (41)3360-4329, celular (41)9669-3720, formada em Licenciatura em Educação Física e atual Mestranda em Educação Física de e-mail: taliassis@gmail.com e sua orientadora Simone Aparecida Rechia Ferreira de telefone (41)3360-4329 e e-mail: simone@ufpr.br responsáveis por este estudo poderão ser contatadas no Departamento de Educação Física, localizado na Rua

Coração de Maria, 92-BR 116 km 95, Jardim Botânico, Curitiba-Paraná CEP: 80210-132 em horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que (o Sr., a Sra. , ou você) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por uma pessoa autorizada (Professora Simone Aparecida Rechia Ferreira, orientadora deste estudo). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade**. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será destruído.

h) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.

i) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____

Pesquisador Responsável _____

Orientador _____ Orientado _____

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR – CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar e autorizo a divulgação e a publicação em periódicos, revistas bem como apresentação em congressos, workshop e quaisquer eventos de caráter científico. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me afete de qualquer modo.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal)

Local e data

Assinatura do Pesquisador